



DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão eram 15 horas e 35 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.º 15 a 19/VIII, da apreciação parlamentar n.º 5/VIII, do projecto de liberação n.º 4/VIII e do projecto de resolução n.º 5/VIII.

Na abertura do debate sobre a Organização Mundial do Comércio, requerido pelo PCP, interveio o Sr. Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura), tendo-se seguido no uso da palavra, e a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado dos Mer-

cados Agrícolas e da Qualidade Alimentar (Luis Vieira), os Srs. Deputados Lino de Carvalho (PCP), Francisco Louçã (BE), Basílio Horta (CDS-PP), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Paulo Portas (CDS-PP), Patinha Antão (PSD), Agostinho Lopes (PCP), José Saraiva e Joel Hasse Ferreira (PS), Rosado Fernandes (CDS-PP) e Manuel dos Santos (PS).

No período de encerramento do debate, voltou a intervir o Sr. Ministro das Finanças e da Economia.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 20 minutos

O Sr Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 15 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados:

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva

José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luisa Pinheiro Portugal
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luis de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Victor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António d'Orey Capucho
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha

Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando José da Costa
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Francisco Baptista Tavares
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Jaime Carlos Marta Soares
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 Jose Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaud Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luis Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luis Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Márton da Silva Coutinho Albuquerque
 Márton Patinha Antão
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António de Magalhães Pires de Lima
 António José Carlos Pinho
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 José Augusto Meleiro Rodrigues
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã

O Sr Presidente — Srs Deputados, anuncio que se encontra presente, na chamada «galeria dos diplomatas», uma ilustre delegação chinesa, constituída por altos dignitários dos tribunais chineses, acompanhados pelo Sr Vice-Presidente-Geral da República

A delegação chinesa, integrada por presidentes dos Tribunais Supremos de Justiça da China, é presidida pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça chinês

Uma saudação muito calorosa para os nossos visitantes.

Aplausos gerais, de pé

Entretanto, juntou-se à delegação — não o vi no momento em que comecei a fazer este anúncio — o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal

Tive, hoje, o prazer de estar presente num almoço muito simpático com a delegação chinesa. Espero que, no futuro, as relações entre Portugal e a China sejam também cordiais na área judiciária e na área da justiça

O Sr Secretário da Mesa vai ler o expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Sr e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas projectos de lei n.º 15/VIII — Criação da freguesia de Santa Cruz/Trindade,

no concelho de Chaves (PS), que baixou à 4.ª Comissão, 16/VIII – Interrupção voluntária da gravidez (PCP), que baixou às 1.ª, 8.ª e 13.ª Comissões, 17/VIII – Regime das pensões por morte de beneficiário da segurança social em caso de situação de união de facto (altera o Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de Outubro), apresentado pelo Deputado do CDS-PP José Ribeiro e Castro, que baixou à 9.ª Comissão, 18/VIII – Estatuto do mecenato para a vida (CDS-PP), que baixou às 5.ª e 13.ª Comissões, e 19/VIII – Transfere para Coimbra a sede do Tribunal Constitucional (CDS-PP), que baixou às 1.ª e 4.ª Comissões, apreciação parlamentar n.º 5/VIII – Requerimento do PSD, solicitando a apreciação, pela Assembleia da República, do Decreto-Lei n.º 449-A/99, de 4 de Novembro; projecto de resolução n.º 5/VIII – Sobre a conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Seattle (PCP), projecto de deliberação n.º 4/VIII – Composição da Comissão Eventual para o Acompanhamento do «Porto 2001 — Capital Europeia da Cultura» (Presidente da AR)

O Sr Presidente — Srs Membros do Governo e Srs. Deputados, como sabem, a ordem do dia de hoje é preenchida por um debate de relevante interesse político, sobre a Organização Mundial do Comércio, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia

O Sr Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura) — Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados A Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – que tem lugar em Seattle na próxima semana – pode revestir-se da maior importância para o mapa das relações económicas do novo século e, também, para a economia portuguesa

Os resultados deste debate no Parlamento constituirão, assim, um contributo extremamente valioso para a consolidação da posição portuguesa, que tem vindo a ser definida e construída no quadro da posição comum com que a União Europeia se apresenta, pela primeira vez, neste domínio

Gostaria de sublinhar que, em Seattle, vamos decidir sobre o lançamento de um ciclo negocial, isto é, sobre a sua agenda e sobre a sua metodologia, não vamos iniciar esse ciclo negocial, nem tão-pouco, e ainda menos, tomar decisões sobre o seu encerramento.

O que se pretende com este novo ciclo da OMC – o chamado «ciclo do milénio» – é adoptar um modelo de liberalização que responda às exigências crescentes da globalização, de acordo com a nova realidade económica do início do milénio, mas que responda, também, à necessidade inevitável e inadiável da regulação dessa globalização

A grande novidade que poderá trazer a negociação do «ciclo do milénio» não será decidir se o movimento de globalização vai ser aprofundado, mas testar se somos capazes de assegurar a sua regulação.

A globalização é um fenómeno irreversível e independente da vontade dos governos ou dos cidadãos. Tem a ver com o progresso tecnológico e social e, nomeadamen-

te, com a transmissão universal e imediata da informação nestas últimas dezenas de anos. Só a regulação da globalização permitirá maximizar as suas vantagens e minimizar os seus riscos, assegurando a criação de maior riqueza e uma mais equitativa distribuição dessa riqueza.

A novos patamares de liberalização tem de corresponder um reforço qualitativo das regras e disciplinas da OMC, ou seja, assegurar, em todas as áreas, as condições para o comércio livre e também para o comércio justo, impedindo, cada vez mais, as práticas de comércio desleal.

Esta etapa na vida da OMC insere-se na dinâmica consagrada nos Acordos de Marraquexe, que esta Assembleia ratificou em 1994. Assumiu-se, então, que a progressiva abertura dos mercados, num contexto de reciprocidade, constitui um estímulo indispensável para o desenvolvimento das trocas de bens e serviços – factor fundamental do crescimento económico e contributo inestimável para a estabilidade das relações entre todos os povos do mundo.

Mas há que dizer, com toda a clareza, que não basta ficar por aqui. A par dos domínios da liberalização, então pré-agendados – nomeadamente no domínio da agricultura e dos serviços –, há que abordar temas tão essenciais como a segurança alimentar, a proteção ambiental ou o cumprimento das normas internacionais do trabalho. Só assim fará sentido concretizar, nesta altura, o arranque do «ciclo do milénio» como resposta à realidade económica actual, criando condições para que o aprofundamento da liberalização seja simultâneo com o avanço da sua regulação

E nesta regulação é essencial, por exemplo, a defesa dos direitos da Organização Internacional do Trabalho associada aos direitos humanos, designadamente a proibição do trabalho infantil e do trabalho forçado e a defesa do direito à sindicalização.

Ao serviço desta estratégia e desta visão, ocorre, hoje, um facto novo da maior relevância política, face a todo o período do Uruguay Round: pela primeira vez, existe uma posição comum da União Europeia, quer quanto à estratégia, quer quanto a cada um dos temas em negociação, consubstanciada em conclusões do Conselho, que refletem as preocupações e o fundamental das posições portuguesas

Esta posição comum traduz uma alteração significativa na postura da União Europeia, agora mais adequada à defesa dos interesses concretos dos seus Estados-membros, integrando preocupações com a defesa da competitividade da sua economia e com os valores fundamentais da identidade europeia, nomeadamente, nos terrenos sociais, culturais e ambientais. Perderam terreno as teses neo-liberais dominantes no Uruguay Round, e então predominantes no seio da União Europeia, que, sistematicamente, provocaram a clivagem entre os seus Estados-membros, alimentando um clima de desconfiança permanente entre o Conselho e a Comissão, com a inevitável fragilização da capacidade negocial europeia

Esta nova postura da União Europeia traduz a consolidação do processo de construção europeia; traduz, também, a evolução do pensamento dos diferentes governos europeus que deixaram de considerar – pelo menos boa parte deles – a liberalização como um fim em si mesmo,

mas como uma via para assegurar o crescimento económico, a distribuição mais equitativa da riqueza produzida, bem como o desenvolvimento sustentável, assim assegurando a melhoria do bem-estar dos cidadãos

Portugal contribuiu activamente para a construção desta posição comum no Conselho de Assuntos Gerais do Luxemburgo (em 11 de Outubro), bem como nos Conselhos Informais de Ministros da Economia e Comércio de Berlim e de Florença, que prepararam aquele Conselho de Assuntos Gerais

Quero aproveitar esta ocasião para reafirmar o apoio de Portugal à posição firme que a Comissão Europeia vem assumindo na defesa desta abordagem para a fixação da agenda e do calendário da «ronda do milénio»

A Europa comunitária é, hoje, o maior e mais aberto bloco económico do mundo, dotada de um mercado único integrado e de um instrumento essencial para a competitividade dos seus agentes económicas — o euro. Por isso, a União Europeia não deve ter medo da sua própria força económica e política, ao contrário, deve usá-la para afirmar determinadamente os seus valores, as suas convicções e a sua visão sobre a organização do mapa das relações económicas e sociais internacionais, no novo século

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem

O Orador — Sem dúvida, que a História tem demonstrado que a intensificação das trocas é essencial para promover o crescimento económico e o emprego

A intensificação das trocas e o desenvolvimento de enquadramentos institucionais que as regulem — como é o caso da Organização Mundial do Comércio — são um contributo inegável para o desenvolvimento e a cooperação internacionais. Se alguma dúvida existisse, bastaria referir que, aquando da criação do GATT (em 1947), aderiram a ele 23 Estados, e, hoje, participarão os actuais 135 Estados membros, que são os responsáveis por mais de 65% da população mundial e por um valor superior a 90% do comércio internacional, cobrindo todas as regiões do globo

Espera-se, ainda, que nesta Conferência seja possível viabilizar a adesão da China o que, por si só, constituirá um marco no reforço do multilateralismo e na expansão da amplitude do comércio internacional, baseado nas regras desse multilateralismo. Um país com as características da República Popular da China não pode permanecer à margem do sistema multilateral do comércio, isento de quaisquer obrigações e institucionalmente desligado do resto do mundo, quando, na prática, as suas relações económicas bilaterais se vêm intensificando com todos os parceiros de todos os continentes

No plano económico, teremos, com a entrada da República Popular da China, um parceiro que assumirá os compromissos da Organização, traduzidos numa considerável abertura do seu imenso mercado, que passará a estar, numa forma progressiva, sujeito às regras do comércio internacional e, nesse sentido, a abrir novas oportunidades para as nossas empresas e para as empresas europeias

Para que assim seja, e para que tudo isto assim ocorra, é essencial que a «ronda do milénio» (que se inicia em Seattle) represente um passo em frente, não só no

aprofundamento da liberalização, mas na construção da sua regulação. É essencial — e isto é particularmente importante para os próximos dias — quebrar a aliança entre o minimalismo e o protecçãoismo na visão da «ronda» de Seattle que poderia conduzir a que essa ronda e essa conferência ministerial se viessem a tornar num exercício sem sentido

Sr Presidente, Srs Deputados: A realidade económica portuguesa é, hoje, muito diferente da que existia à data do lançamento do anterior ciclo do GATT, em 1986.

Nessa ocasião, começava o processo de plena integração de Portugal na Europa. Rombia-se assim, definitivamente e irreversivelmente, o ciclo de protecçãoismo, condicionamento e até auto-isolamento económicos a que a política da ditadura (pelo menos até ao final dos anos 60) tinha condenado o País. E começavam também a vencer-se, na prática, os fantasmas e os medos que, mesmo depois do 25 de Abril, foram apresentados para o combate político à nossa plena integração na Comunidade Económica Europeia

Hoje, 25 anos passados, creio que é evidente, para toda a sociedade portuguesa e também para os seus representantes políticos, que a ligação feliz da liberdade política (que o 25 de Abril permitiu) com a liberdade económica (que a nossa plena integração na CEE consolidou irreversivelmente) é que justifica e explica a modernização do nosso país, o maior bem-estar dos nossos concidadãos e o aumento de peso e influência de Portugal na Europa e no mundo

Com a participação de Portugal no euro, está a operar-se uma nova transformação qualitativa no enquadramento da economia portuguesa. Por isso mesmo, as empresas portuguesas estão hoje plenamente inseridas (ou a inserirem-se) no mercado único comunitário, um dos mais exigentes e, simultaneamente, um dos mais abertos do mundo

As empresas nacionais têm, por isso mesmo, interesse no desenvolvimento de um sistema comercial mundial aberto, com regras e disciplinas que o enquadrem, limitando e eliminando as práticas desleais e que confirmam uma rede de segurança, estabilidade e previsibilidade aos agentes económicos e aos consumidores

Assiste-se, nomeadamente na evolução recente da economia portuguesa, a uma nova visão estratégica que integrou a internacionalização empresarial como vector prioritário da sua competitividade. E este dinamismo mede-se por vários índices, nomeadamente, no que respeita à evolução do investimento português no estrangeiro que era, à data do anterior ciclo do GATT, 0,2% do nosso produto interno e que, em 1998, atingiu os 2,7%

Assim, a progressiva liberalização dos serviços, devidamente articulada com a vertente de investimento, será fundamental para esta nova fase da economia portuguesa, aliás confirmada pelo facto de o investimento directo português no exterior, se ter, até agora, desenvolvido, fundamentalmente, em áreas como as telecomunicações, a energia, a construção, a distribuição e o turismo

A abertura de novos mercados no contexto multilateral significará, também, para as pequenas e médias empresas, novas capacidades para uma maior capacidade de intervenção nos mercados mais fechados ou menos transparentes

tes. A facilitação do comércio representa, também, outro dos temas importantes para as pequenas e médias empresas nacionais e que o Governo defenderá no quadro da negociação de Seattle.

Portugal subscreve, na sua totalidade, a posição comunitária — que reflecte uma postura ambiciosa e equilibrada — e defende uma agenda tão alargada quanto possível, para maximizar as possibilidades de um equilíbrio recíproco de concessões.

Defendemos igualmente uma metodologia de negociação, baseada no chamado «*single undertaking*», ou seja, a negociação de acordo único, exigindo consenso perante um pacote global no final da negociação.

Neste contexto, defenderemos que a agenda a sair de Seattle inclua não só o acesso ao mercado de bens e serviços, como também a propriedade intelectual, o investimento, a concorrência, as normas sociais e ambientais, bem como a problemática dos países em desenvolvimento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Esta abordagem, reflectindo uma estratégia ofensiva ditada pelas exigências da aposta na internacionalização da economia portuguesa, implica, igualmente, o acautelar de aspectos pontuais particularmente sensíveis Destacaria o sector têxtil e do vestuário, relativamente ao qual exigiremos o rigoroso cumprimento do acordado em Marraquexe, quer quanto ao calendário, quer relativamente às modalidades Destacaria também a defesa de um tratamento especial para os serviços ligados à cultura, que permita manter e desenvolver políticas europeias e nacionais de apoio à diversidade e à identidade cultural de cada país, será, também, um dos aspectos a reter e a enfatizar na posição portuguesa.

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Muito bem!

O Orador — Relativamente à agricultura, o mandato de negociação da Comissão Europeia enquadra-se no contexto da Agenda 2000

Portugal defenderá a necessidade de equacionar, igualmente, as funções deste sector não directamente ligadas à produção agrícola, tais como o desenvolvimento rural e a protecção do ambiente, bem como o respeito por preocupações de segurança, qualidade alimentar e ambiental e protecção dos consumidores

No quadro do prosseguimento da liberalização do sector, acordada em Marraquexe, procuraremos introduzir mecanismos de reequilíbrio que contrariem as actuais desigualdades existentes na Política Agrícola Comum e que penalizam as produções mediterrânicas Estes aspectos têm vindo a ser defendidos pelo Sr. Ministro da Agricultura no respectivo Conselho da União, onde tem conseguido alguns apoios significativos nesta visão do problema

Portugal defende, finalmente — mas, em última instância, será para aumentar o ênfase desta questão —, como questão da máxima relevância, a introdução, na Organização Mundial do Comércio, de uma dimensão ética das relações económicas internacionais, por via de uma cooperação mais estreita entre a Organização Mundial do

Comércio e a Organização Internacional do Trabalho, nomeadamente, através da criação de um fórum permanente que possa analisar os *interfaces*, cada vez mais estreitos (e, desejavelmente, cada vez mais estreitos) entre comércio internacional e as normas sociais

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados: Uma negociação com uma agenda tão vasta e com a participação de um número tão elevado de Estados, e com interesses tão diferenciados, está a ser (e será, naturalmente) difícil e complexa

Gostaria, uma vez mais, de sublinhar que, para a semana, se inicia um processo e não se conclui esse processo.

O Sr António Reis (PS): — Muito bem!

O Orador — Este debate na Assembleia da República representa uma etapa inicial do processo de colaboração permanente que, após Seattle, queremos retomar e desenvolver com todos os grupos parlamentares

É firme intenção do Governo manter a Assembleia da República permanentemente informada da evolução das negociações, bem como recolher os contributos dos Srs. Deputados, com vista ao enriquecimento e ao reforço da posição nacional

O Sr Octávio Teixeira (PCP): — Foi por isso que tomaram a iniciativa. !

O Orador — Esta colaboração será tanto mais importante quanto o arranque dos trabalhos decorrentes de Seattle coincidirá com o início do exercício da presidência portuguesa da União Europeia em que procuraremos defender os valores da identidade europeia, hoje aqui referidos, nomeadamente numa reunião informal de Ministros da Economia e Comércio da União Europeia (ja prevista para Março, na cidade do Porto) destinada a avaliar os resultados de Seattle e a consolidar a posição comum europeia, face ao processo negocial que apenas agora se inicia.

Applausos do PS.

O Sr Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro das Finanças e da Economia, inscreveram-se os Srs Deputados Lino de Carvalho, Francisco Louçã, Basílio Horta, Heloísa Apolónia e Narana Coissoró

O Sr. Deputado Lino de Carvalho, cumulativamente, suponho eu, pediu também a palavra para uma interpelação à Mesa

Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Sr Presidente, não é cumulativamente, para não descontar no tempo.

O Sr Presidente: — O Regimento manda descontar, Sr Deputado E se os Srs. Deputados abusarem muito das interpelações, passaremos a descontar outra vez.

Faça favor, Sr Deputado

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Sr Presidente, a minha interpelação tem um sentido muito preciso saber

se a Mesa recebeu do Governo alguns documentos (dos que já foram distribuídos aos governos dos Estados da OMC) que sustentam esta fase do processo negocial para poderem ser distribuídos aos Deputados

O Sr Presidente: — Sr. Deputado, o Presidente recebe tantos documentos que me é difícil dizer que sim ou que não. Mas uma coisa lhe garanto: imediatamente distribui esse tipo de documentos pelos grupos parlamentares

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, não recebemos.

O Sr. Presidente: — Se não recebeu, é porque a Mesa não recebeu também.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sr. Lino de Carvalho, agora para um pedido de esclarecimento

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, este é um debate – e o Sr. Ministro esqueceu-se de o referir – promovido pelo PCP, mas que, em boa verdade, deveria ter resultado da iniciativa do Governo

Como o Sr. Ministro disse, estamos em vésperas da abertura de um novo ciclo de negociações, visando, por um lado, mais liberalização e mais desregulamentação do comércio mundial, mas, mais do que isso, estamos em vésperas de um ciclo de negociações, visando alargar todas as esferas da actividade humana e colocá-las na dependência da lógica pura e simples do mercado, como o Sr. Ministro sabe

Pode não ser essa a posição de todos, mas é, seguramente, a posição de alguns no processo negocial

Em causa estão questões tão «pouco» importantes, como a tentativa de ser imposta a eliminação de normas de protecção ambiental e fito-sanitária, o que impediria, por exemplo, qualquer país de pôr em prática políticas visando a defesa da saúde pública, dos consumidores ou do meio ambiente, e, em matéria de importações, proibindo, por exemplo, a importação de produtos transgénicos. Em causa estão questões tão «pouco» importantes, Sr. Ministro, como a forma de resolução dos diferendos comerciais, o que já permitiu aos Estados Unidos da América proibir, na prática, a importação de produtos alimentares europeus, como represália pela proibição da importação de bifes com hormonas. Em causa estão, como o Sr. Ministro, aliás, reconheceu, para Portugal, sectores tão sensíveis como os têxteis e a agricultura, com eventuais novas baixas de tarifas aduaneiras e o agravamento das desiguais condições de concorrência

Em causa, nesta agenda que está em cima da mesa, a ser negociada ainda, está o direito à criação cultural, os direitos do autor ao usufruto da sua obra, a defesa dos interesses e da diversidade cultural de cada país, o direito à propriedade intelectual, a tentativa, por exemplo, como o Sr. Ministro sabe, de as grandes transnacionais da agro-química e da indústria farmacéutica procederem ao patenteamento de seres vivos, o objectivo de reduzir o intercâmbio de bens culturais e a segurança alimentar à lógica, pura e simples, do mercado. Em causa está isto tudo e muito mais!

Por toda a Europa, se debate Seattle. Os governos, que são quem conhece os processos negociais, tomam a iniciativa de se dirigirem e de trabalharem em conjunto com os parlamentos, em Portugal, Sr. Ministro, o silêncio é de ouro. O Sr. Primeiro-Ministro tem tempo para ouvir Clinton na primeira fila dos convidados em Florença e, seguramente, para discutir estas magnas questões do comércio mundial, mas o País, até este momento, nada sabia sobre o que é que o Governo pensava sobre estas estratégicas questões que estão em discussão em Seattle

O Governo não forneceu qualquer informação à opinião pública até este momento, e este debate só se faz, Sr. Ministro, à semelhança do que aconteceu com o AMI, porque o PCP tomou a iniciativa de o agendar, porque senão o Sr. Ministro partia de avião, no dia 30, para Seattle e nós continuávamos aqui sem ter minimamente uma informação que fosse sobre esta questão

E, como vimos, o Governo nem sequer teve o cuidado ainda de fornecer à Assembleia da República alguns dos documentos preparatórios deste processo.

Portanto, esta declaração, que o Sr. Ministro agora fez, de amor, de futura colaboração com a Assembleia da República, vale por si mesma, vale por este exemplo, e este exemplo é mau.

Vozes do PCP. — Muito bem!

O Orador. — Mas outras questões se colocam, e eu vou, muito rapidamente, colocá-las ao Sr. Ministro.

Qual é o mandato preciso da Comissão Europeia nessas negociações? Ou, de outra maneira por que é que o Governo português afirmou recentemente que se sente defraudado por ter aceite dar um cheque em branco aos negociadores comunitários?

O Sr. Ministro falou em regras de regulação do mercado mundial. Mas que regras de regulação defende? Por exemplo, o Governo português defende, junto do Conselho de Ministros da União Europeia, a manutenção do princípio da preferência comunitária? Um tratamento específico para os produtos mediterrânicos agrícolas?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine, pois já ultrapassou o seu tempo

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente

O Sr. Ministro fala na incorporação na OMC das regras da Organização Internacional de Trabalho. Muito bem, Sr. Ministro! E as regras da FAO e da UNESCO?

Que perspectiva o Governo defende para o futuro da OMC? Uma organização tentacular, a que todos os *sóis* internacionais se subordinam, ou uma organização que tem de respeitar e incorporar aquilo que são regras já definidas noutros *sóis* internacionais?

Defende o Governo o direito de cada país a produzir e a definir a dimensão do seu sector público, Sr. Ministro? Que concessões fez o Governo à Comissão Europeia em matéria de Política Agrícola Comum? Está de acordo o Governo, por exemplo, com o propósito de, no plano internacional, ser lançada uma taxa sobre todos os movimentos financeiros não assentes em transacções comerciais —

a taxa Tobin —, que possa regular o sistema financeiro mundial?

O Sr. Ministro está de acordo em defender que, antes de se avançar para novos processos de aprofundamento, se faça uma moratória sobre este processo, uma avaliação dos anteriores ciclos negociais?

O Sr Presidente — Sr Deputado, tem de terminar

O Orador — Estou a terminar, Sr. Presidente.

É que, Sr Ministro, como disse — e bem! —, estão em causa interesses directos para o País! Mas, Sr Presidente, está em causa o futuro modelo de desenvolvimento do planeta, se queremos um planeta subordinado a todas as regras do mercado ou se queremos um planeta subordinado a regras onde haja lugar para o desenvolvimento humano, para a cooperação e para países iguais em direitos

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente — Sr. Ministro, tem mais um pedido de esclarecimento a acrescentar aos anteriores, porque também se inscreveu o Sr. Deputado Patinha Antão

Como tem seis pedidos de esclarecimento, é capaz de ser muito para responder em conjunto, porque, como sabe, tem de o fazer em 5 minutos. Não seria melhor dividir os pedidos de esclarecimento em dois blocos e responder individualmente a cada um dos blocos?

O Sr Ministro das Finanças e da Economia: — Sim, Sr Presidente

O Sr Presidente. — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE). — Muito obrigado, Sr Presidente. Reconhecerá que, colocado em bloco, eu me sinto bem para fazer esta pergunta

Sr Ministro, queria dirigir-lhe duas questões precisas. Creio, aliás, que esta parte do debate se deve, na medida do possível, dirigir ao esclarecimento que introduza a discussão que vamos ter adiante, em que posições tão diversas se vão exprimir

A primeira questão consiste em manifestar-lhe a surpresa e o desejo de obter algum esclarecimento sobre o seguinte. É sabido que hoje não temos uma agenda para a Cimeira da OMC e que as tentativas de negociação falharam em Genebra, deixando um vazio sobre a direcção dos trabalhos, ao ponto de, na imprensa internacional, se assistir a algum conflito entre aliados tão próximos como o Sr Clinton e o Sr. Blair acerca das presenças dos governantes nesta Cimeira e da forma de superar esta dificuldade.

Creio que é muito importante ouvir a opinião do Governo português a respeito deste impasse, porque ele pode condicionar o prosseguimento, ou não, da «ronda do milénio», nome demasiado pomposo para alguma coisa que tem ou que pode ter muita substância

A segunda questão é mais concreta ainda. Disse — e eu tomarei as suas palavras pelo valor facial, aliás fá-lo-ei em relação à intervenção de qualquer grupo parlamen-

tar neste contexto —, e eu estou de acordo consigo, que a União Europeia não deve ter medo de usar a sua própria força política, e sei que o mandato do Comissário Pascal Lamy inclui alguns itens que estão precisos, mas não inclui um sobre o qual uma definição de agenda é indispensável, que é a própria orgânica, as funções, as competências e os limites da Organização Mundial do Comércio

Dizia o Director Ruggiero que, justamente nas suas competências específicas, naquilo que extravasa a tradicional estruturação do GATT, estaria o contributo mais original da Organização Mundial do Comércio para definir a nova ordem mundial.

Ora, neste contexto, foi previsto no Acordo de Marraquexe que, cinco anos depois de estarem em funcionamento os princípios ordenadores da Organização Mundial do Comércio, deveria haver uma revisão (e sobre isso não temos mandato), e sobre isso eu queria saber a posição do Governo português, em particular sobre quatro aspectos, que me parecem os mais graves e sobre os quais queria também a sua opinião

Em primeiro lugar, existe um órgão de regulação de diferendos (ORD), que é assente na elaboração de pareceres submetidos à regra da confidencialidade, e isso sugere, naturalmente, uma falta de transparência muito grande sobre a capacidade de decisão neste contexto

Em segundo lugar, inverteu-se, como sabe bem, a regra do GATT ao ponto que hoje é requerida a unanimidade para a não aplicação das sanções propostas por organismos particularmente opacos como estes, cuja composição sequer é conhecida a nível internacional

Em terceiro lugar, o que agrava mais ainda os dois primeiros itens, temos uma sobreposição do executivo com o jurídico, o que quer dizer que a capacidade de recurso é, portanto, nula para todos os efeitos práticos.

E, em quarto lugar, foi aceite na Organização Mundial do Comércio o princípio da inversão do ónus da prova científica sobre a perigosidade de determinadas importações, ao ponto de quem recusar a importação tem de justificar a motivação científica para essa decisão e o exportador não é obrigado a fazer a justificação científica a este respeito.

Sobre estas quatro questões — inversão do princípio do GATT sobre a aplicação de sanções, confidencialidade dos organismos, címulos do executivo com o jurídico e inversão do ónus da prova em tudo o que diz respeito aos critérios científicos —, ou seja, sobre a estrutura mesmo do órgão de regulação de diferendos, queria ouvir a sua opinião e a posição do Governo português, nomeadamente no que diz respeito à abertura deste processo negocial em Seattle, brevemente.

O Sr. Presidente. — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr. Ministro da Economia, quero, muito rapidamente, colocar-lhe algumas perguntas, que até escrevi, ao contrário do que é meu hábito, para que V. Ex.^a não perdesse muito tempo nas respostas

Para além da pergunta que o Deputado Francisco Louçã fez, e que era a minha primeira pergunta, sobre as instâncias parajudiciais

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sem qualquer negociação!

O Orador. — Sem qualquer negociação, é um facto!

Como estava a dizer, para além da pergunta que o Sr Deputado Francisco Louçã fez, gostaria de, em relação ao processo negocial da Conferência, começar por fazer duas perguntas

A primeira tem a ver com declarações que o ex-Comissário Léon Britton fez recentemente, quando classificou esta Conferência como um verdadeiro «ciclo do milénio». Para ele, a Conferência deve ser encarada como um compromisso único, um pacote completamente fechado, que todas as partes do acordo são obrigadas a aceitar na sua totalidade, sem possibilidade de fazer qualquer triagem ou de escolher Lionel Jospin, segundo este entendimento, afirmava recentemente que *rien n'est acquis, si tout n'est pas acquis*.

Perante esta opção, Sr Ministro, qual foi a posição assumida pelo Governo português no seio dos governos da União Europeia? É verdade que estes governos se puseram de acordo e se comportaram como se a parada, face aos Estados Unidos, já se encontrasse ganha?

Segundo ponto muitos países do Sul não têm representação permanente na Organização Mundial do Comércio ou são obrigados a partilhar com outros essa representação. Estes países, Sr Ministro, como deve saber, querem-se de fazer concessões sem obter retorno, nomeadamente nos domínios dos têxteis e do vestuário, e a sua prioridade é que apenas se apliquem em seu favor os compromissos do Uruguay Round. Será que o Governo português é sensível a esta realidade? Em caso afirmativo, não entende que seria mais vantajoso para os países mais pobres e mesmo para os menos ricos a adopção de um processo negocial que envolvesse, simultaneamente, diversos temas e que permitisse a troca por troca no estabelecimento do cálculo global das vantagens de cada membro? Não teme o Governo português, Sr Ministro, que, se não for dada a relevância a este tema suscetível de gerar um profundo debate civil, político e até parlamentar, os Estados correm o risco de virem a ser governados pelo comité executivo das empresas transnacionais?

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador — Terceira questão Sr Ministro, como é que o Governo português encara o cumprimento, por parte da União Europeia, dos acordos com as antigas colónias europeias, de países ACP e subscritores da Convenção de Lomé?

Finalmente, Sr Ministro como é que vai ser em Seattle? Sacrificar a segurança social ou a sobrevivência do mundo rural? Aceitar o gado com hormonas ou a destruição das florestas? Afinal, Sr Ministro, que mundo e que sociedades vão sair desta pseudo-moralização?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Ministro, tem ainda quatro pedidos de esclarecimento. Se quiser, pode responder de imediato às questões que já foram colocadas.

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Respondo já, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Srs Deputados Lino de Carvalho, Francisco Louçã e Basílio Horta, agradeço as questões que me colocaram, às quais vou responder da forma que considero adequada na situação que estamos a viver, preparatória da Conferência interministerial de Seattle.

No que respeita à questão colocada pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, que reivindicou — e é verdade! — a iniciativa do seu partido na convocação deste debate, tenho de felicitar o PCP pela iniciativa que tomou, porque, na verdade, se trata de um tema importante em que o PCP exerceu o seu direito de iniciativa exactamente oito dias depois de o actual Governo ter visto o seu Programa passar na Assembleia da República.

É evidente que era intenção do Governo vir aqui apresentar aos Srs Deputados o «estado da arte» no que respeita a este processo, mas tendo o PCP tomado essa iniciativa, não iríamos fazer uma iniciativa redundante só para dizer que a tínhamos feito.

De qualquer forma, e no que diz respeito à questão colocada sobre as próprias dificuldades de fixação da agenda — e com isto respondo também a uma das questões colocadas pelo Sr Deputado Basílio Horta —, creio que a nenhum dos Srs Deputados está a passar despercebido o ambiente de grande tensão, nomeadamente entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, bem expressa ontem nas iniciativas tomadas em Genebra, no que respeita à negociação no âmbito da metodologia e da ambição desta nova ronda negocial no seio da OMC. Isso resulta, do meu ponto de vista, justamente, de a União Europeia ter, pela primeira vez, uma posição única, ter uma posição comum, e essa posição comum ser baseada em orientações que se identificam profundamente com aquilo que são elementos essenciais da identidade europeia, com os quais, creio, todos nos identificamos, nomeadamente no que respeita à regulação das regras do multilateralismo e do comércio internacional, pautadas por regras de regulação no domínio social, no domínio ambiental, no domínio cultural.

Ora, é essa maior abrangência da agenda de Seattle, da agenda da ronda negocial que se iniciará em Seattle, que constitui, justamente, um dos pontos de fricção e de tensão negocial com os Estados Unidos da América. Creio que foi claro na minha intervenção o apoio firme do Governo português à posição que a Comissão, nomeadamente o Comissário Pascal Lamy, tem assumido nos últimos dias, no que respeita à fixação dessa agenda ampla. E essa agenda ampla é uma agenda que tende a introduzir neste ciclo negocial normas reguladoras a favor do ambi-

ente, a favor da cultura e da identidade de cada país, a favor das normas sociais, do combate ao trabalho infantil, do combate ao trabalho forçado e do combate a uma utilização sem regras sociais, sem regras económicas, sem regras ambientais e sem regras culturais por parte da OMC.

É quem — como parece ser o caso dos Estados Unidos da América — quer impor uma visão mais limitada e uma abordagem sectorial desta ronda negocial que o faz ao serviço de uma visão que não é a da União Europeia

O facto de essa tensão existir — e o Sr. Deputado sublinhou-o — evidencia, creio eu, de outra forma, aquilo que eu afirmei na minha intervenção: que a União Europeia, fruto da evolução do processo de construção europeia e da sua nova orientação política no que respeita a isto, está hoje mais forte e está hoje em condições, no plano negocial, de impor condições que, no anterior ciclo da OMC, não conseguiu impor, até porque estava dividida internamente.

No que respeita às questões agrícolas, pedirei ao Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, se o Sr. Deputado e o Sr Presidente autorizarem, que complete a minha resposta, na medida em que é um *dossier* que tem sido dirigido e conduzido — e muito bem! — pelo Ministério da Agricultura e pelo Sr. Ministro, pelo que o Sr. Secretário de Estado estará em melhores condições do que eu de dar resposta a essa matéria.

Creio ter já respondido à primeira questão do Sr Deputado Francisco Louçã, ou seja, creio já ter dito que não há uma agenda. E o facto de não haver uma agenda significa, entre outras coisas, que a União Europeia está a combater por uma agenda melhor, na concepção que creio que partilha, e por uma metodologia de negociação mais favorável a essa agenda, melhor em termos sociais, em termos culturais e em termos ambientais.

Sobre as outras questões concretas que colocou, confesso-lhe que ainda não entrámos nessa fase negocial. Temo-nos concentrado, nas reuniões informais de Conselhos de Ministros e nas reuniões do Conselho de Assuntos Gerais, na definição da amplitude comum aos países da União Europeia para a fixação da agenda a sair de Seattle, na própria metodologia do acordo único, e ainda não temos uma posição sobre isso. Naturalmente que esse processo negocial será aprofundado à medida e na medida em que fique claro e saia claro de Seattle qual é a agenda global e qual a metodologia global.

De qualquer forma, e também em relação a uma questão que o Sr. Deputado Lino de Carvalho tinha colocado, sobre a taxa Tobin, devo dizer que essa é uma matéria que não consta da agenda de Seattle nem da posição que suportamos em relação à agenda a ser fixada em Seattle.

No que respeita a uma questão colocada pelo Sr. Deputado Basílio Horta, relativa aos países em vias de desenvolvimento e ao grau de empenhamento que Portugal terá, nomeadamente no que se refere à defesa dos têxteis, creio ter sido fui claro na afirmação que fiz: Portugal defende que quaisquer aberturas de mercados que haja neste domínio não devem pôr em causa os compromissos que foram assumidos em relação à abertura e à liberalização do sector têxtil em Portugal e que essa liberalização deverá fa-

zer-se progressivamente ao longo de dez anos, a concluir em 2005, num processo de quatro etapas — a próxima terminará em 1 de Janeiro de 2002 e a última em 1 de Janeiro de 2005. Portugal tem o direito de proteger os produtos que considere mais sensíveis até ao final do período negocial adquirido. É esta a nossa posição e é esta a posição que vamos defender e temos defendido no seio das reuniões da União Europeia

Respondendo também a uma questão que o Sr. Deputado Francisco Louçã colocou, sobre a inversão do ónus da prova relativamente à nossa posição a favor de uma maior capacidade de os países em vias de desenvolvimento exportarem e terem uma política de abertura, nomeadamente por parte da União Europeia, em relação às suas exportações, quero citar aqui uma frase que vi atribuída ao Comissário Pascal Lamy, salvo erro, pronunciada ontem em Genebra. É uma frase que condensa a nossa visão sobre isso, e que é a seguinte: «Toda a abertura do espaço da União Europeia às exportações dos países em vias de desenvolvimento, mas nenhuma abertura a que essas exportações sejam construídas com base em trabalho de crianças ou em trabalhos forçados». É exactamente esse tipo de visão que temos e, subscrivendo por inteiro essa posição negocial do Comissário Pascal Lamy, ainda ontem reafirmada, respondo à questão que me colocou

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, agradeço que abrevie o seu pensamento.

O Orador: — Sr. Presidente, peço desculpa. Terminei.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, gastou a mais tanto tempo como o que gastaram a mais os três Srs. Deputados que lhe formularam pedidos de esclarecimento.

Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, V. Ex.^a vem agora, neste debate, referir que tinha intenção de trazer esta matéria à discussão na Assembleia da República, não fosse a iniciativa que o Grupo Parlamentar do PCP tomou. Ficamos na dúvida sobre se o Sr. Ministro o faria ou não. Mas peço-lhe, Sr. Ministro, que me faça o favor de explicar porque é que, até hoje, não envolveu a sociedade cívica, nomeadamente associações de agricultores, associações de ambiente e de outros sectores, na discussão desta importante questão.

Por outro lado, o Sr. Ministro pareceu-me, no decurso da sua intervenção, muito despreocupado relativamente aos efeitos da intensificação e da globalização que, na nossa perspectiva, consideramos extremamente preocupantes, nomeadamente quando o Sr. Ministro faz uma afirmação do género: «vamos ver se somos capazes de regular os efeitos da globalização». Significa isto, na nossa perspectiva, que não há certezas sobre esta matéria e que as dúvidas relativamente a esta questão dos efeitos da globalização podem intensificar-se nalguns sectores fundamentais, como os da agricultura, da saúde, da educação, do ambiente e outros, que comportam direitos fundamentais para os cidadãos.

Falou o Sr Ministro da necessidade de discussão de questões tão importantes — e que se relacionam directamente com a globalização e a liberalização do comércio —, como a segurança alimentar e a protecção ambiental. É precisamente sobre a questão da segurança alimentar que gostaria de colocar algumas questões concretas ao Sr. Ministro. O que é que o Governo defende precisamente sobre implicações da globalização na produção autónoma e específica de cada país, que implica medidas de protecção, sob pena de negação da qualidade e da especificidade em prol da quantidade? Sobre a imposição de organismos geneticamente manipulados no comércio mundial e o monopólio do sector do património genético? Sobre a inversão do ónus da prova, o que muito dificultaria casos de medidas protectoras e preventivas já assumidas, fundamentais à garantia da saúde pública, como aquilo que se verificou no caso da proibição do uso do amianto ou da importação de vacas com hormonas? Sobre esta questão concreta da segurança alimentar, gostaria de ouvir a posição concreta do Governo português, na medida em que nos parece uma questão fundamental para a garantia da qualidade ambiental e da saúde pública das populações.

O Sr Presidente — Srs Deputados, anuncio a presença de um grupo de 50 alunos da Escola Secundária Alfredo da Silva, do Barreiro, e de um grupo de 38 alunos do Colégio Santa Clara, da Casa Pia de Lisboa, que assistem aos nossos trabalhos.

Srs Deputados, peço uma saudação para todos eles

Aplausos gerais, de pé

Também para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados, relativamente ao processo de globalização, admito que haja três posições uma, a de tentar negar a globalização, o que equivale a uma estupidez inofensiva, outra, a de dogmatizar a globalização, o que é uma estupidez perigosa, porque tem consequências, outra, a de manter o espírito crítico e tentar controlar aquilo que pode ser, a prazo, um processo político, económico e social incontrolável.

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — e que leve, como alguém já disse, a subvencionar os ricos dos países pobres através dos pobres dos países ricos. E isso nenhum de nós quer, certamente, que aconteça.

Por outro lado, o processo político que antecede esta reunião, não é o melhor nem anuncia sinais positivos. Assistimos todos a um contrato de adesão bilateral, estabelecido entre os Estados Unidos da América e a China, presumo que relativo à adesão da China a uma organização multilateral, que é a OMC! E a circunstância de os Estados Unidos da América se encarregarem de, a dois, resolver o problema da entrada da China na OMC só significa (e isso é preocupante!) que, também no domínio da

Organização Mundial do Comércio, se começa a estabelecer um directório. E isso nós não queremos!

Por outro lado, ainda há pouco tempo, nesta fórmula, que parece dispensar as nações, mas que conduz directamente aos novos impérios, assistimos a um gesto estranho. O Presidente dos Estados Unidos da América patrocinou a candidatura da Turquia à União Europeia. Ora, tanto quanto sabemos, os Estados Unidos da América não são membros da União Europeia, e como jamais vi qualquer membro de um governo europeu patrocinar a entrada de Porto Rico na União, conviria que os europeus lembrassem aos americanos que dos assuntos europeus tratamos nós.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Feita esta introdução política, porque estou preocupado, a pergunta que lhe queria fazer está relacionada com a próxima entrada — visto que parece ser já um facto consumado — da China na Organização Mundial do Comércio. O que me preocupa neste aspecto é que os ideólogos da globalização pura e dura querem confundir num só mundo dois sistemas radicalmente diferentes. Dou-lhe apenas alguns indicadores recolhidos por quem mantém a iniciativa privada em Portugal, avançou na sua internacionalização e levou a iniciativa privada para a China. Salientando que não estou a utilizar nem os piores nem os melhores exemplos, mas, sim, exemplos médios, posso dizer-lhe que, na China, o salário base de um operário é de 8 000\$, enquanto que, em Portugal, no mesmo ramo, é de pouco mais de 80 000\$. Na China, o horário de trabalho é de, pelo menos, 48 horas, enquanto, entre nós, é de 40 horas! Na China há, no máximo, duas semanas de férias por ano, entre nós são quatro! Na China, como é sabido, não há décimo terceiro nem décimo quarto mês, entre nós, ambos são conquistas indiscutíveis! A licença de maternidade, na China, não excede os dois meses, quando está organizada, entre nós, no início do próximo ano, chegará aos quatro meses!

Não citando os sistemas de segurança social, os sistemas fiscais e o direito à greve, o que gostaria de lhe perguntar, Sr Ministro, assumindo que a China detém, neste momento, 12% da produção mundial e trabalha em sectores que concorrem directamente connosco,

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Até em tapetes de Arraiolos!

O Orador — .. é se V Ex^a tem alguma noção ou pretende encomendar algum estudo do que é que significa, para a economia portuguesa, a entrada da China no mercado da liberalização do comércio à escala mundial.

Esta é a pergunta que lhe queria deixar

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder aos dois últimos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Economia.

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia: — Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia, Sr. Deputado Paulo Portas, agradeço as questões que me colocaram

Começando pela questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Portas, que exprimiu preocupações que, de alguma forma, também partilho, posso dizer que creio que na minha intervenção expus claramente a nossa opinião sobre isso. Isto é, pensamos que é mais adequado ter a República Popular da China vinculada de uma forma progressiva e clara ao cumprimento das regras do multilateralismo, com tudo o que isso envolve e com tudo aquilo que nós, Governo e Parlamento português, e a União Europeia desejamos que venha a envolver em termos de normativos sociais e ambientais.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP): — Por quanto tempo?

O Orador — Sr. Deputado, devo dizer-lhe que não sou adivinho e que, por isso, não posso responder à sua pergunta. De qualquer modo, peço-lhe que me deixe responder ao Sr. Deputado Paulo Portas.

Dizia que, do meu ponto de vista, é preferível vincular a República Popular da China às regras do multilateralismo — pelas preocupações que exprimiu, não só em relação à indústria portuguesa como a outras — do que termos, como estamos a ter, a China a desenvolver um relacionamento económico cada vez mais intenso, mas baseado em termos e segundo regras bilaterais, onde, naturalmente, são mais fortalecidos os países que, negociando bilateralmente com a China, têm maior potencial e capacidade de negociação. Penso, portanto, que, em termos de uma mais adequada defesa dos interesses nacionais e da indústria portuguesa, é preferível esta solução.

Para além disso, é muito importante realçar o que significa a adesão e a integração de um país com a dimensão da República Popular da China, em termos de população, de força económica e de presença na cena internacional, em mais um fórum importantíssimo da regulação das relações internacionais, nomeadamente no plano económico. Esta é a minha opinião e é aquilo que quero dizer no que respeita à questão que o Sr. Deputado colocou.

No que se refere às questões colocadas pela Sr.^a Deputada do Partido Ecologista Os Verdes, gostaria de dizer que, efectivamente, a vinda do Governo à Assembleia, motivada por um debate promovido pelo PCP, liberta-nos da obrigação de convocar esse mesmo debate. Aliás, aproveito para responder à questão que o Sr. Deputado Lino de Carvalho colocou há pouco, dizendo aos Srs Deputados que no início da semana estarão disponíveis para todos os grupos parlamentares duas publicações que, no âmbito da Direcção-Geral de Relações Internacionais do Ministério da Economia, preparamos, quer com a fundamentação das nossas posições, quer também com os principais documentos que têm servido de base à discussão nos Conselhos de Ministros e no Conselho de Assuntos Gerais da União Europeia

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Convenhamos que deviam ter vindo antes do debate!

O Orador. — Há sempre coisas a melhorar, Sr. Deputado

Em relação às questões colocadas sobre normas alimentares, gostava de dizer que, evidentemente, a defesa desse tema e a inclusão desse tema na agenda de Seattle e na agenda da OMC não significa que não achemos muito importante o desenvolvimento de normas no plano nacional. Não é por acaso que faz parte dos compromissos do Programa do Governo apresentado a esta Assembleia uma iniciativa que terá expressão no Orçamento do Estado para 2000. Estou a referir-me à criação de uma agência de segurança alimentar, que procurará, dentro de um quadro geral que queremos que seja tão largo e tão apoiado a nível internacional quanto o possível, definir as normas e os padrões nacionais em relação aos quais as nossas próprias autoridades possam e devam desenvolver uma actividade inspectiva e, por vezes, também coerciva. Contudo, sobre isto o Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, falar-lhe-á com mais pormenor

No que respeita ao ambiente, devo dizer-lhe que a posição genérica que exprimi sobre a inclusão dos temas ambientais na agenda de Seattle se desagrega por linhas de orientação mais claras. Trabalharemos para que as regras sobre o comércio mundial que venham a ser aprovadas ou que já estejam aprovadas não se constituam como obstáculos à protecção ambiental e à aplicação dos acordos internacionais sobre matéria ambiental. Como sabe, porventura até melhor do que eu, esta linha de orientação desagrega-se e vai desagregar-se num conjunto de iniciativas, quer por parte do nosso Governo, quer por parte da União Europeia, que serão extremamente importantes para a salvaguarda de um crescimento sustentável e de um crescimento ambientalmente equilibrado.

Queremos evitar que as normas ambientais, nomeadamente aquelas que são impostas por um só país, sejam utilizadas indevidamente como um argumento para fundamentar novos obstáculos ao comércio, ou seja, para fomentar operações de concorrência desleal, porque é com essas operações de concorrência desleal que vários sectores da nossa indústria se têm, por vezes, de debater e têm de combater, numa situação que lhes deixa uma reduzida margem de manobra no que respeita ao seu processo de modernização

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr. Deputado Patinha Antão, apenas agora lhe dou a palavra, porque quis respeitar, como é meu dever, o princípio da alternância. Tinha-se inscrito também o Sr. Deputado Narana Coissoró e, para não dar a palavra sucessivamente a dois Deputados do CDS-PP, «marginalizei» o Sr. Deputado, passando-o para depois do Sr. Deputado Paulo Portas. Acontece que, entretanto, o Sr. Deputado Narana Coissoró prescindiu do seu pedido de esclarecimentos e, portanto, a razão pela qual o preteri deixou de valer. No entanto, deixou de valer depois de já ter dado a palavra ao Sr. Deputado Paulo Portas

Dou-lhe esta explicação e, naturalmente, dou-lhe a palavra para pedir esclarecimentos

O Sr Patinha Antão (PSD) — Sr Presidente, agradeço-lhe a gentileza da explicação Longe de mim a estultícia de pensar que, por ter ficado em último, benefício do aforismo popular que diz que os últimos são os melhores

Risos

O Sr Presidente — Nem sempre, Sr Deputado! Isso é nas Escrituras Na vida, não tanto! Então na política, não mesmo!

O Orador. — Precisamente por isso, verifico que temos uma convergência perfeitamente uniforme nesta Câmara

Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr Ministro das Finanças e da Economia, confesso que a sua intervenção inicial me desapontou Perdoar-me-á que lho diga numa linguagem rude, mas permita-me que o diga porquê Esperava que o Sr Ministro aproveitasse a sua intervenção inicial para dizer a esta Câmara qual é o posicionamento estratégico do Governo português relativamente às matérias da agenda de Seattle que constituem as principais preocupações portuguesas Referiu V. Ex^a, e muito bem, que se trata em Seattle de avançar com uma metodologia e com um calendário, mas isso não dispensa o Governo português, no meu entendimento, de ter uma posição estratégica Isto, porque estas questões, Sr Ministro, têm implicações vastíssimas que têm de ser preparadas desde já, devendo ser sensibilizada a sociedade portuguesa para as profundas implicações desta ronda negocial

Fiquei desapontado ainda, Sr Ministro, porque o seu Governo se reclama de uma democracia de diálogo, de uma democracia «dialógica», na versão mais erudita No entanto, podemos constatar que nenhum dos intervenientes e protagonistas da sociedade civil portuguesa foi convocado pelo seu Governo para pensar ou debater problemas estratégicos que vão estar neste calendário Não foram convocadas as associações empresariais nem as associações sindicais e, portanto, como dizia a imprensa, o Governo português vai para Seattle como se a sociedade portuguesa lhe tivesse dado um cheque em branco relativamente ao posicionamento estratégico das questões

O Sr Ministro, como eu, é economista, pelo que concordará que, naturalmente, na análise da globalização, a economia não pode ter um papel secundário Por isso, dirijo-lhe rapidamente meia dúzia de questões sobre os temas fundamentais que, para a economia portuguesa, levanta esta «ronda» Antes disso, porém, peço-lhe que confirme claramente perante esta Assembleia se o seu juízo final e definitivo sobre os resultados globais do Uruguay Round é no sentido de dizer que esse processo de liberalização foi positivo ou foi negativo Não estou a escamotear que existem efeitos francamente negativos, estou apenas a perguntar-lhe se a sua avaliação é a de que o resultado final foi globalmente positivo, e até francamente positivo, relativamente à economia portuguesa

Coloco-lhe, então, questões relativamente a cinco temas que preocupam a economia portuguesa A saber a agricultura, o têxtil e vestuário, a liberalização dos investimen-

tos nas áreas dos serviços, incluindo a esfera dos bens públicos mistos e a esfera dos serviços financeiros, e, finalmente, as regras de enquadramento para o comércio electrónico e a economia digital.

Sobre a agricultura, Sr. Ministro, sejamos claros É evidente que aquilo que vai estar em cima da mesa e a que o Sr Ministro aludiou no seu discurso, que é a insuficiente visão da agricultura como elemento determinante para o desenvolvimento rural, é uma peça importante Contudo, para a economia portuguesa, Sr. Ministro, interessa muito saber como é que o processo da reforma da PAC, que se admite que terá de ser inapelavelmente retomado no contexto destas negociações, vai ser conduzido pela União Europeia Aí, Portugal tem interesses e especificidades muito próprias Pergunto-lhe, portanto, se na sua visão estratégica está ou não absolutamente claro que é necessário que o Governo português vigorosamente defende esta revisão da PAC que, no decurso deste processo, terá de haver, inevitavelmente, o redesenhar dos apoios aos agricultores, de forma a que a agricultura mediterrânea, em que nos inscrevemos, seja devidamente contemplada, coisa em que este Governo e outros falharam na reforma da Agenda 2000

Quanto ao têxtil e ao vestuário, Sr Ministro, gostava de saber, na esteira, aliás, da questão que foi levantada quanto à integração da China, e sendo evidente que estão aí 12 milhões de trabalhadores na área têxtil, qual é a sua filosofia estratégica É a filosofia estratégica do governo PSD, que em 1995 conseguiu o Acordo IMIT, o que permitiu, nesse acelerar das negociações de liberalização, um apoio especial não previsto na União Europeia, ou tem o Sr Ministro uma outra visão que, porventura, não passa por esta lógica?

Quanto às outras questões, Sr Ministro, como estão na minha intervenção, terei oportunidade de as formular daqui a algum tempo.

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia.

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Patinha Antão, muito obrigado pelas questões colocadas

Sr Presidente, gostaria de pedir autorização para, imediatamente a seguir à minha intervenção, o Sr Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, poder responder a todas as questões colocadas pelo Sr. Deputado Patinha Antão e por outros Srs. Deputados no que respeita à posição do Governo português no sector da agricultura

Começaria por abordar a primeira questão que o Sr Deputado Patinha Antão colocou, sublinhando o seguinte no seu entender, Sr Deputado, a minha intervenção releva e evidencia falta de visão estratégica do Governo relativamente à fase da negociação em que estamos Com todo o respeito pela sua opinião, devo dizer-lhe que discordo O que o Governo português tem — exprimi-o aqui, da forma que pude e soube — é uma visão estratégica para a condução do futuro ciclo negocial da OMC, que, em princípio, se iniciará em Seattle

Tive, aliás, o cuidado de sublinhar, logo no início da intervenção, que aquilo de que se trata de garantir para a semana, em Seattle — sob pena (e eu disse-o) de o exercício de Seattle perder sentido —, é de fixar uma agenda abrangente, larga, que não decorra só (como, nomeadamente, querem os Estados Unidos da América) dos compromissos de liberalização pré-agendados no Acordo de Marraquexe, e, por outro lado, trata-se de criar uma metodologia negocial do Acordo Global Único, que nos permita — à União Europeia e a Portugal também — ter margem de manobra para uma negociação que, depois, em acto final de negociação, não se venha, ao fim e ao cabo, a traduzir por compromissos apenas nas áreas que são o ponto de partida negocial dos Estados Unidos da América. Creio que isto é que é uma visão estratégica!

É disso que estamos a tratar e é disso que, conforme já referi, vamos tratar para a semana — consoante o que ocorrer entretanto —, se decorrerem, como desejamos, a ampliação e a concretização do processo negocial sobre esse leque abrangente de questões. Trataremos, portanto, de definir essas posições e de aprofundá-las, tanto no plano nacional como no plano comunitário.

Não tenho muito tempo para detalhar, mas fá-lo-ei em relação ao audiovisual, mais concretamente, fá-lo-ei em relação à posição e orientação que o Governo português tem no que respeita aos serviços em geral, ao audiovisual, aos têxteis e vestuário e, tal como já referi em resposta ao Sr Deputado Basílio Horta, à propriedade intelectual, ao investimento, aos instrumentos de defesa comercial, à agricultura, ao ambiente, às normas sociais, e a litígios que existem entre a União Europeia e os Estados Unidos, nomeadamente na famosa «guerra das bananas».

Portanto, Sr Deputado, no que respeita ao audiovisual, quero exemplificar um detalhe da elaboração das posições e da orientação do Governo português. Por exemplo, no que respeita ao audiovisual, entendemos que a negociação não deverá pôr em causa os resultados alcançados pela União Europeia no ciclo do Uruguai, quanto à possibilidade de continuarem a ser desenvolvidas políticas comunitárias e nacionais de apoio ao sector.

No que respeita a Portugal, pensamos mesmo que devemos lutar, no seio da União Europeia e no seio do ciclo negocial, pela possibilidade de as profissões audiovisuais portuguesas terem, entre outros vectores da nossa cultura, maior acesso ao mercado internacional.

Temos também orientações claras no que respeita ao comércio electrónico, mas, como tenho tempo limitado, não vou poder responder a todas as suas questões.

No entanto, quero dizer-lhe que, se o ciclo de Seattle se iniciar com a fixação de uma agenda e de uma metodologia de trabalho, estaremos em condições de contribuir e intervir activamente sobre esta matéria na discussão a nível nacional e na discussão dos não-comunitários. Para isso, como tive oportunidade de informar o Parlamento, temos inscrita na agenda da presidência portuguesa da União Europeia para o próximo mês de Março uma reunião informal de Ministros do Comércio e da Economia, relativamente a este tema.

Para encerrar a minha intervenção, gostaria de responder a uma outra crítica que o Sr Deputado Patinha Antão

fez quanto à falta de audição relativamente a alguns sectores da sociedade civil, nomeadamente de alguns dos parceiros sociais. Essa questão tinha já sido colocada — creio que pelo Sr Deputado Lino de Carvalho e pela Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia —, mas não tenho dúvidas de que a discussão e a projecção deste tema na opinião pública portuguesa está muito aquém do necessário.

O Sr Honório Novo (PCP): — Está na brincadeira!

O Orador — Mas, Sr Deputado Patinha Antão, assumimos, cada um de nós, as respectivas responsabilidades. Eu assumo as responsabilidades do Governo no que respeita a esse grau insuficiente de discussão e divulgação desta temática, mas os partidos políticos e as próprias organizações da sociedade civil têm, elas também, necessidade, obrigação e possibilidade de dinamizar esse debate e essa movimentação.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Quer dizer, a sociedade civil já está no avião!

Risos

O Orador — Ainda assim, devo dizer-lhe que os serviços do Ministério da Economia estão a preparar a nossa intervenção em Seattle. Já agora, aproveito para informar que, a nível de membros do Governo, a equipa será integrada pelo Sr Secretário de Estado do Comércio e Serviços, Osvaldo Castro, pelo Sr Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa — que hoje não pode estar aqui presente por razões oficiais — e por mim próprio. Relativamente a essa reunião, acrescento que tivemos oportunidade de, até agora, ouvir a Associação Nacional dos Industriais de Tecelagem e Têxteis-Lar, a Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário, a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios, a Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção, Associação Portuguesa dos Industriais de Vestuário, a Confederação da Indústria Portuguesa, a CGTP, a União-Geral dos Trabalhadores — que, aliás, nos entregou uma posição escrita que estamos a ter em conta, nomeadamente na intervenção que fiz aqui, hoje — e a Associação Industrial Portuguesa.

Não é o necessário, mas alguma coisa fizemos!

O Sr Presidente — Sr Ministro, relativamente ao solicitado no início da sua intervenção, devo dizer-lhe que não é possível complementar ou partilhar com outro membro do Governo respostas a pedidos de esclarecimentos, mas é possível que o Sr Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, se inscreva para uma intervenção, desde que haja consenso da parte de todos os grupos parlamentares. Não havendo resistência, ..

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr Presidente: — Com certeza, Sr Deputado. No entanto, quero referir que, se o Sr Deputado Lino de

Carvalho não concorda, depúnhamos desde já a sua inscrição e o Sr Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, dava já as respostas complementares a título de intervenção e não a título de partilha de esclarecimentos

Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, não temos qualquer objecção relativamente a uma intervenção por parte do Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira. Pelo contrário. No entanto, entendemos que deverá intervir conforme a ordem de inscrições. Isto porque, Sr Presidente, seguramente que as várias intervenções vão levantar questões sobre o problema agrícola e o Sr Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar poderá, nessa altura, acumular as respostas às várias questões que estarão por esclarecer.

O Sr. Presidente — Claro, Sr. Deputado! A isso o Sr Deputado nunca poderia opor-se, porque se trata de um direito do Sr Secretário de Estado Aquilo que pedia era uma concessão e a concordância para que o Sr Secretário de Estado pudesse intervir desde já. Se não há concordância, fica inscrito. Não há qualquer problema.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Agostinho Lopes

O Sr Agostinho Lopes (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo. Se havia questão que merecia um grande debate nacional, susceptível de promover a definição de uma estratégia e de objectivos nacionais, conforme os interesses do País, eram as novas negociações da Organização Mundial do Comércio.

Lamentavelmente, o Governo do PS, repetindo também nesta matéria o comportamento do Governo PSD/Cavaco Silva, em 1993, fez sobre as negociações da OMC, que se iniciaram dentro de dias, um pesado muro de silêncio.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — O que sabem os cidadãos portugueses destas importantes negociações? Nada ou quase nada!

Qual a estratégia negocial do Governo português? Que objectivos tem este Governo defendido nos Conselhos de Ministros da União Europeia onde estas questões têm sido discutidas? Que estudos sobre as consequências para Portugal dos resultados dessas negociações? O que sabem os partidos da oposição sobre as posições do Governo relativamente à OMC? Que consulta foi feita às organizações sociais de trabalhadores, empresários e agricultores?

Vozes do PCP. — Muito bem!

O Orador — Com que informação do Governo estão a intervir os Deputados portugueses no Parlamento Europeu?

É claro que há aqui uma dificilmente explicável subtração ao País, e em particular à Assembleia da República, de informação e de exigência de participação.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — É assim ocultado ao povo português o necessário debate sobre questões essenciais para a sua vida hoje e o seu futuro colectivo amanhã, como País independente!

Amanhã virão dizer aos agricultores que a culpa não é do Governo mas das imposições da Organização Mundial do Comércio. Amanhã virão dizer aos empresários têxteis que os seus problemas resultam das posições que a União Europeia assumiu na OMC. Amanhã virão dizer aos jovens que a degradação ambiental, um planeta cada vez mais sujo e irreconhecível, nada tem a ver com a política do PS mas com a decisão da OMC.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Amanhã virão dizer aos trabalhadores e ao povo que a falta de emprego e de qualidade de vida é inevitável porque são incontornáveis os impactos da OMC. Amanhã mandarão para Angola, Moçambique e Guiné mais uns sacos de arroz, umas toneladas de peixe ou uns contentores de medicamentos, cheios de pena pelo atraso e pela miséria desses países, nada dizendo sobre as suas responsabilidades numa OMC que pretende retirar a dezenas de países e povos do mundo o direito a terem uma agricultura, uma indústria, serviços públicos de saúde e educação capazes de assegurarem níveis mínimos de dignidade humana.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Mas eles, mais uma vez, não terão culpa, porque a culpada será a OMC.

Mas não se enganem haverá milhares de mãos a apontar os culpados!

É lamentável que este debate só agora surja na Assembleia da República e só após a exigência do PCP para que ele se efectuasse. E foi após a sua marcação na agenda parlamentar, Srs Deputados, que começaram a surgir na comunicação social portuguesa algumas notícias e informações do Governo sobre o assunto.

Mas não é admissível que o «pessimismo» com que o Governo aborda a Cimeira, referido pelo conselheiro da missão portuguesa junto da OMC, ou a «lamentação» sobre o uso que fez a União Europeia do «cheque em branco» dado a Bruxelas, possa iludir alguém sobre as responsabilidades do Governo pelos maus resultados do que acontecer — o que, naturalmente, esperamos que não suceda!

E não é admissível porque o Governo, contrariamente a outros países da União Europeia, não mobilizou, não envolveu a dita sociedade civil, não informou nem procurou o diálogo e a convergência com os partidos da oposição, apesar da abordagem deste problema, pelo menos desde 30 de Março de 1998, nas reuniões do Conselho de Ministros da União Europeia.

Aplausos do PCP

Devo, desde já, aqui protestar contra a ausência de organizações agrícolas na delegação do Governo na conferência que se vai realizar.

Particularmente em foco estão as seguintes questões a segurança alimentar na sua dupla acepção, ou seja, o direito de cada país a uma produção agrícola razoável para a alimentação do seu povo ou o direito a ter uma agricultura e a exigência de produtos agro-alimentares saudáveis. Segurança alimentar que é explicitamente posta em causa pela liberalização dos mercados agrícolas, pela redução da protecção às produções nacionais, pela concepção dos «produtos agrícolas» como «mercadoria» semelhante a qualquer produto industrial. Segurança alimentar posta em causa por aqueles que não desistem de fazer da «alimentação» uma arma.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — «Avançado» relativamente às negociações, Srs Deputados, está o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos que, no recente fim-de-semana, anunciou em Aveiro o projecto de liquidação de 70% das actuais explorações produtoras de leite, pelo afastamento da produção de todos os agricultores até quatro vacas, que abrem assim espaço/quotas a favor dos «agricultores competitivos»..!

Esta é a essência, o cerne da filosofia da OMC a liberalização acrescida do comércio de produtos não agrícolas.

Na sua comunicação, a Comissão propõe, mesmo que nada mais avance, a «redução a zero» pelos países desenvolvidos das taxas aduaneiras para a quase totalidade dos produtos originários dos países menos desenvolvidos, o que levanta um conjunto de interrogações Qual é o conteúdo preciso desta classificação dos países menos desenvolvidos? Há nesta matéria coincidência de interesses entre Portugal e os países mais industrializados da União Europeia? Está avaliado o significado e definidas as condições em que a China entra na OMC? Quem e como vão ser fiscalizadas as regras de uma mais livre e mais aberta concorrência? Como, se nem ao nível do mercado único da União Europeia essas regras são respeitadas?

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador. — Quanto, à total liberalização do mercado de serviços, em particular dos serviços públicos, como a educação e a saúde, vamos assistir em Portugal à generalização nos serviços de saúde, do que aconteceu nos serviços de hemodiálise, monopolizados por empresa transnacional? É imaginar muito admitir ver no futuro um painel de peritos da OMC pronunciar-se a favor do direito de escolas privadas de uma qualquer empresa transnacional de serviços de educação não permitir o ensino de teorias evolucionistas de Darwin?¹ Tal como hoje nos querem impor uma alimentação à base de produtos geneticamente modificados ou de carnes com hormonas²

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador: — A propriedade intelectual, na sua relação com o comércio, tal como os direitos de autor e de criação, denominações de origem e proveniência geográfica

Para lá de outros aspectos, representa a tentativa de apropriação pelas transnacionais da agro-química do património de gerações de agricultores do mundo inteiro e da biodiversidade do planeta, através do estabelecimento de patentes de sementes e propágulos em simultâneo com os esforços para impor o uso dos organismos geneticamente modificados (OGM).

Um caso «notável», Srs Deputados, de propriedade intelectual, em 28 de Outubro, a União Europeia, que devia dar o exemplo, aprovou a revisão da directiva comunitária relativa ao fabrico de chocolate, permitindo a substituição parcelar da manteiga de cacau por outras gorduras vegetais. Grave é que o Governo de um país como Portugal, que tem uma duríssima batalha a travar em defesa das suas denominações de origem, como a do vinho do Porto, que tem as relações históricas com África que são conhecidas, em particular com os PALOP, produtores de cacau, tenha sido cúmplice — a Bélgica e a Holanda não o foram — desse assalto à propriedade intelectual de países pobres!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — A total liberalização e protecção dos investimentos do grande capital financeiro, com a tentativa de recuperação e integração do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) na OMC.

A identidade e diversidade cultural dos povos, através do tratamento das actividades culturais como pura e simples mercadoria

Sendo uma questão de interesse relevante, a chamada excepção cultural não pode servir de contrapartida para fazer passar todo o outro contrabando liberalizador.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador: — Os perigos para a actividade cultural são reais, basta atentar no alcance e na monstruosidade da alínea 27 da Resolução do Parlamento Europeu sobre o assunto, que cito «Recomenda a instituição de um sistema de arbitragem para aprovar os subsídios às línguas e culturas minoritárias que sejam, ao mesmo tempo, genuinamente necessárias e...» — pasme-se, Srs. Deputados! — «... distorcem a concorrência internacional na menor medida possível» Monstruosidade aprovada com os votos do PS e PSD no Parlamento Europeu!

Vozes do PCP — Exactamente!

O Orador: — Será estranho ver um futuro onde um painel de peritos da OMC inquirir o Estado português sobre os apoios concedidos para a defesa da cultura e do dialeto mirandês?

A limitação e o condicionamento das normas de trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das normas ambientais, ao bom funcionamento do mercado planetário e interesses do capital transnacional.

É lamentável não se afirmarem como objectivos/normas centrais, a atravessarem transversalmente todos os *dossiers* e sectores da negociação da OMC: o pleno emprego, o direito ao trabalho estável e dignamente remunerado, as

resoluções das Conferências de Copenhaga e de Pequim, o integral respeito pelos acordos multilaterais do ambiente, nomeadamente os decorrentes das Conferências do Rio de Janeiro e de Quioto

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Membros do Governo e Srs Deputados Quando as principais forças económicas e políticas do planeta pretendem dar mais um passo (ou vários) no caminho da liberalização, era bom que se olhasse para o que decorreu desde o dia 15 de Abril de 1994, com a criação da OMC, em Márraqueixe

São os relatórios das agências especializadas das Nações Unidas que demonstram que «a receita mágica da liberalização comercial» não resultou e fez dos países em vias de desenvolvimento e com economias emergentes as suas principais vítimas

As respostas a estas questões, ao direito de todos os países e povos do mundo a um desenvolvimento autónomo (o que não significa autárquico), equilibrado e sustentado, não está certamente no prosseguimento a todo o vapor da liberalização dos mercados e a regulamentação monopolística do poder, do saber, da distribuição da riqueza.

Os arautos (do neoliberalismo) clamam que o remédio está na liberdade de acesso pelos países pobres aos mercados dos países ricos, no acesso aos mercados públicos e na sua privatização, na total liberalização da circulação dos capitais financeiros

Mas escondem o que se esconde por debaixo dessas receitas com conhecidas e desastrosas consequências.

Escondem, por exemplo, que 43% das exportações agro-alimentares brasileiras são controladas por 17 empresas multinacionais, e que quem enriquece com essas exportações são os respectivos accionistas e não os milhões de camponeses sem terra, que continuam a lutar no Brasil por um pedaço de terra que lhes dê uma vida digna

Aplausos do PCP

Escondem que quem vai ganhar com a abertura do mercado europeu da banana, decidida e imposta pela OMC a pedido dos EUA, são as companhias norte-americanas Chiquita e Dole Food, e não os camponeses e os povos indígenas da América Latina.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Escondem que o dossier TRIPS, relativo à aos aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual, pretende consolidar o domínio monopolista dos conhecimentos científicos e técnicos pelo mundo desenvolvido, obrigando os países pobres a pagarem caro as transferências tecnológicas e a modernização dos seus aparelhos produtivos

São assim inteiramente justificadas as posições e as preocupações de milhares de Organizações não governamentais que, dando voz a um larguíssimo movimento de opinião pública mundial, contestam a abertura destas no-

vas negociações da OMC. E contestam, não porque as coisas estejam bem, mas para que seja feita uma avaliação da situação do planeta e das consequências do Acordo do GATT de 1993 Querem uma moratória a todo o processo de novas negociações

Aplausos do PCP

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Feitas as considerações atrás referidas, tal não significa oposição do PCP a um acordo geral e global do comércio internacional, dando um conteúdo, objectivos e funcionamentos novos a uma OMC reformulada, a um acordo precedido por um largo debate, permitindo a real intervenção dos povos e países, das organizações sociais, um acordo que assegurasse a democraticidade e a transparéncia das negociações e funcionamento das instituições da OMC, um acordo que tivesse por objectivo a construção de uma nova ordem internacional, justa, equilibrada e democrática, «assente na cooperação entre povos e países soberanos e iguais em direitos, orientada pelos valores da paz, da democracia, do progresso social e da amizade entre os povos», recusando a globalização comandada pelo capital transnacional e ofensiva dos direitos dos povos e dos equilibrios ambientais

Esse acordo imporá a avaliação das consequências da actual globalização capitalista

Esse acordo exigirá o primado da soberania e do interesse de cada Estado, respeitando as suas especificidades, necessidades e o papel fundamental dos seus sectores produtivos e públicos

Esse acordo exigirá a completa alteração dos actuais mecanismos e regras de regulação dos diferendos dos ditos *panels*

Esse acordo exigirá a contemplação obrigatória do respeito generalizado por condições sociais e ambientais.

Esse acordo imporá o não tratamento de muitas actividades unicamente a partir do conceito de «mercadoria», como a agro-alimentar e a cultural, entre outras.

Esse acordo imporá o respeito e a promoção de acordos preferenciais com países com menor desenvolvimento

Esse acordo exigirá o controlo dos mercados financeiros, com a introdução da taxa Tobin, a recusa de um novo AMI, reformulado ou com outro nome, na OMC e a luta contra legislação extraterritorial

É neste sentido que o PCP apresenta, hoje, nesta Assembleia, um projecto de resolução

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente — Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr Deputado Patinha Antão

O Sr. Patinha Antão (PSD) — Sr. Presidente, inicio esta minha primeira intervenção cumprimentando V Exº pelo brilho intelectual e sentido de humor com que preside aos trabalhos nesta Casa da democracia

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr Deputado

O Orador — Se não erro, dizia o Padre António Vieira que um bom discurso deve deleitar, informar e fazer mover a opinião de quem o ouve. Ora, sendo V Ex^a um cultor exímio de Vieira e eu um pobre aprendiz, avisado será começar esta minha prosódia por um mote introdutório colhido num dos vossos discursos

O Sr Presidente: — Estou cheio de medo, Sr Deputado

O Orador: — Escolhi, assim, a passagem do vosso discurso da passada sexta-feira, na abertura solene desta Câmara, em que V Ex^a alude à crença socialista, republicana e laica de que «Deus está sociologicamente morto»

Não creio que V. Ex^a se identifique por inteiro com ela e tenho mesmo por certo que o Primeiro-Ministro a rejeita, pois que homem temente a Deus ele é

Escusava, no entanto, o Engenheiro Guterres de professar o panteísmo ideológico que o levou, há poucos dias, a confessar a ambição de querer abranger, no arco ideológico do vosso socialismo democrático, a social-democracia que nos identifica, no PPD-PSD, e o humanismo cristão que sempre foi bandeira no CDS-PP

E tudo isto ainda acompanhado de uma simpatia comovente pelo liberalismo político americano de John Rawls e Michael Walzer.

Verdadeiramente só falta, para fechar a quadratura do círculo, o abraço ecuménico ao socialismo, ainda científico, mas já não estalinista, que professa o PCP.

Srs Deputados, perguntarão alguns de vós que tem este intróito a ver com o tema que aqui nos convoca hoje, .

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Nada! Literalmente nada!

O Orador. — Já verá, Sr Deputado!

Como dizia, perguntarão alguns de vós que tem este intróito a ver com o tema que aqui nos convoca hoje, a saber, a globalização em agenda nas negociações da Ronda do Milénio, que se iniciarão em Seattle, no final deste mês, sob a égide da Organização Mundial do Comércio

Responderei que tem muito a ver, pois o manto ideológico que hoje recobre este tema é tão espesso que quase não deixa ver as luzes do seu entendimento

Julgo eu que, no essencial, esta ocultação ideológica se deve ao primado que a sociologia tem hoje sobre a economia, na vulgata que a Internacional Socialista vem segregando, de reunião em reunião e de contradição em contradição

Ainda na última reunião, tida há dias em Paris, o Sr. Blair apontou os Estados Unidos do Sr Clinton como o modelo a seguir pela chamada terceira via.

Pergunto eu — talvez ao Sr Deputado Francisco de Assis — como é que isto se concilia com a acusação, vezes sem conta repetida pelo Dr Mário Soares, pai espiritual do lusitano PS, segundo a qual os males da globalização se devem, quase por inteiro, à hegemonia das multinacionais e do capital financeiro dos Estados Unidos da América, superpotência que o Sr. Blair ama e quer copiar e de que o Dr. Soares desconfia, ao ponto de querer combater-lhe os apetites imoderados de superpotência

Pergunto eu ainda como é que se concilia o chamado socialismo moderno, colbertista e jacobino, do Sr Jospin, que quer alargar a presença económica do Estado, com o liberalismo do Sr Blair, que quer confiar ao espírito empreendedor do sector privado muitas das funções económicas que o Estado britânico ainda desempenha, na educação, na saúde e, em geral, na provisão de bens públicos mistos

E poderia prosseguir glosando, desta forma, a nebulosa ideológica que se abateu sobre a Internacional Socialista

O Sr José Saraiva (PS) — Não se preocupe!

O Orador — Com efeito, à clareza de um modelo interpretativo orientado para a acção, prefere o arco socialista a amalgama da narrativa histórica, cultural e antropológica desconexa, em que se espraiia o pseudo-modernismo da sociologia de Anthony Giddens, hoje em dia, o seu guru preferido. Mas, se o resultado para a acção é pobre, a abrangência temática é milionária

Com efeito, entretém-se Giddens a teorizar para além da esquerda e da direita, confundindo, em definitivo, muitos dos seus prosélitos que, às tantas, já nem sabem, quando despejam as suas catilinárias pouco inspiradas sobre o que julgam ser partidos à sua direita, se estão, também, a autoflagelar-se ou não. Mas mesmos os seus prosélitos bem informados — que os há entre nós! — não deixam de estar mergulhados em confusão, só que, mais elaborada

É que Giddens discreteia, e bem, sobre o aquecimento global do planeta, os riscos ambientais, o redespertar dos nacionalismos locais, o pós-fordismo nas empresas industriais, o fundamentalismo ecologista, que atribui aos Verdes, a reparação das solidariedades deterioradas, a impessoalidade burocrática do Estado-Providência, a dissolução da família e as novas exigências da cidadania, mas quando se lhe coloca a questão simples e desarmante do que fazer com tudo isso — e isto deve agradar ao Sr. Deputado Lino de Carvalho, porque esta é a grande pergunta leninista, habitualmente referida pelo seu partido —, o guru entope e nada mais se lhe consegue arrancar que «o mundo em que vivemos é um mundo de desarticulação e de incertezas, isto é, um mundo fugitivo»

Fugitivo é, porém, ele, que foge da economia como o diabo da cruz, coisa que não acontece, como se sabe, ao nosso Primeiro-Ministro. Basta ler o manual de sociologia dele, Anthony Giddens, para observar que é talvez o primeiro manual de sociologia em que a economia se encontra completamente omisso.

Talvez tenha sido por isso que ninguém, no arco socialista europeu, pressentiu o ridículo — digo, o ridículo, Srs Deputados! — de que se reveste a solene descoberta que empolgou a última reunião da Internacional Socialista, há pouco realizada

Dizem os jornais «que todas as delegações aí presentes aprovaram a afirmação de que a economia de mercado constitui um sistema de criação de riqueza superior a qualquer outro»

É que o ridículo mata, Srs. Deputados da bancada socialista!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — Então, o senhor já tinha morrido!

O Sr José Saraiva (PS) — Está a lembrar-se de 1974!

O Orador — Precisarei eu de recordar o que qualquer economista sabe, isto é, que o pai da economia, Adam Smith fundou a sua obra magna, publicada precisamente há 223 anos e intitulada «Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações», precisamente sobre este mesmo princípio, que agora, e apenas agora, a Internacional Socialista vem reconhecer?

E se o pensamento socialista na economia não vai além de Adam Smith, como pode ele encontrar um fio condutor que torne inteligível a globalização e que, ao mesmo tempo, esteja apto a fornecer às autoridades públicas um quadro claro em que as mesmas possam basear uma política de regulação, seja à escala internacional seja mesmo à escala nacional?

Reconhece o Governo e reconhece a bancada socialista que, para tal, é preciso convocar ainda, pelo menos, mais meia dúzia de outros grandes economistas ou basta-lhe a miscelânea ideológica da Internacional Socialista e a salada sociológica do Sr Giddens?

Reconhece o Governo a importância da incursão da economia na História que os prémios Nobel de 1993, Fogel e North, realizaram, encontrando racionalidade económica empresarial e uma economia de direitos de propriedade também em formas de organização social pré-capitalistas?

Reconhece o Governo a importância do empresário e da destruição criadora de Schumpeter, que derrotou a tese da pauperização absoluta de Marx e que permite hoje à Internacional Socialista louvar-se na economia de mercado que não na sociedade de mercado?

Reconhece ainda que, para definir o papel do Estado, é preferível esquecer o colbertismo estatizante e infundamentado do Sr Jospin e substituí-lo pela Economia da Regulação e da Escolha Pública que, respectivamente, Stigler e Buchanan, também prémios Nobel, fundaram?

Por último, uma pergunta directa ao Sr Primeiro-Ministro revê-se o Sr Primeiro-Ministro no pensamento de John Rawls, que diz seguir, quando este afirma, e é a sua tese central, que não haverá aumento do bem-estar social, à escala nacional ou internacional, enquanto não melhorar a condição humana dos mais pobres?

Então, se se revê, de que está à espera para aumentar para o quádruplo a actual ajuda que Portugal dá aos países em vias de desenvolvimento, já que gastamos apenas 0,25% do nosso PIB, estando nessa matéria na cauda da Europa?

E, à escala nacional, por que espera, Sr Primeiro-Ministro, para ordenar ao Ministro Ferro Rodrigues que aumente, de imediato, para um mínimo de dignidade humana, as pensões degradadas de 2 milhões de portugueses, idosos, pobres e, na maioria, doentes, que a sua política social condenou, nos últimos quatro anos, a viver em exclusão e que toda a oposição representada nesta Câmara, em uníssono, reclama?

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Vá lá, Sr. Primeiro-Ministro, dê mostras de coragem política, pelo menos neste dossier. Olhe que, se calhar, todos nós o suportaremos!

Sr Presidente, Srs Deputados Com que estratégia política se apresenta o Governo, em Seattle, para defender os interesses de Portugal nas difíceis e morosas negociações que aí se iniciarão, nesse fórum cooperativo de 135 países, que é hoje a Organização Mundial de Comércio, onde os grandes fazem valer a sua força negocial e os pequenos só são escutados se defenderem o avanço das transformações económicas e sociais que estão em curso, isto é, se se colocarem, previamente, na dianteira dessas mesmas transformações?

Como é sabido, Portugal, apesar do progresso registado na chamada convergência real nos últimos 25 anos, não eliminou ainda graves atrasos seculares, cujas consequências negativas, nesta nova ronda de liberalização que Seattle promete, se irão certamente agravar nos próximos anos

Requer-se, pois, ao actual Governo socialista maior coragem política ainda do que aquela que era necessária na legislatura anterior e que, diligentemente, o anterior governo sempre evitou ter

É, pois, um Governo com a reputação do anterior e com uma agenda agravada de interesses nacionais a defender que se apresentará, dentro de dias, em Seattle, não para negociar directamente, como é sabido, mas para influenciar, na medida do possível e no sentido dos nossos interesses, as posições negociais da União Europeia, nos termos do mandato negocial que os Quinze concederam à Comissão Europeia, o qual será exercido pelo Comissário Sr. Pascal Lamy

E logo aqui, Srs Deputados, uma dúvida legítima e prévia nos assalta Terá o Governo português defendido bem, junto do Sr Lamy, as especificidades dos nossos interesses? Reconhece-se, portanto, essa especificidade, quer, desde já, na metodologia da negociação, quer no calendário das mesmas?

É que, a julgar pela total passividade que o Governo revelou, nesta Câmara, há poucos dias, esquecendo-se de pressionar, em devido tempo, o Sr Comissário Fischler para que as negociações de um novo acordo de pescas com Marrocos começassem antes de caducar o acordo que agora termina, não se augura nada de bom para Seattle

Convirá, à guisa de parêntesis, lembrar à Câmara que o Sr Comissário Fischler é o mesmo que, não tendo tempo ou agenda para receber o nosso Secretário de Estado das Pescas, teve sempre tempo e agenda para decretar o prolongamento do embargo da exportação de carne de vaca portuguesa nas fartas barbas do nosso Ministro da Agricultura, que, apesar de considerar esse embargo absurdo, a ele se resignou, perante o silêncio ensurdecedor dos milhares e milhares de contos que os nossos agricultores vão perdendo, em nome da incúria burocrática com que a agricultura comunitária vai sendo gerida, lá fora e cá dentro

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Bem-vindo ao clube!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados Postas estas preocupações que cabe ao Governo explicar à Câmara, concentro-me agora nos pontos da agenda de Seattle que mais nos interessam e que são cinco, a saber: agricultura; têxtil e vestuário; liberalização dos investimentos nas áreas dos serviços, incluindo a esfera dos bens públicos mistos, como a cultura e a regulamentação dos direitos de autor, liberalização do comércio, política de concorrência e protecção do ambiente e dos direitos dos consumidores; e regras de enquadramento para o comércio electrónico e a economia digital.

Que tem o Governo a dizer à Câmara sobre os objectivos estratégicos que prossegue nestes cinco domínios? Como foi patente no debate tido até agora, nada se sabe, de concreto, sobre estes pontos.

Sobre a agricultura, vai o Governo aproveitar esta ronda negocial para conseguir, no decurso da Ronda do Milénio, o que não conseguiu na recente reforma da PAC da Agenda 2000, isto é, uma reorientação dos apoios ao rendimento dos agricultores que corrija a injustiça relativa em que está a agricultura mediterrânica face à agricultura da França e do norte da Europa?

E que posição terá Portugal perante a perspectiva do próximo alargamento da União Europeia a Leste, se esta conduzir, como se pensa, a uma pressão insustentável sobre o orçamento da União Europeia?

Sobre o têxtil e vestuário, qual é a estratégia do Governo? Sabe-se que os países em vias de desenvolvimento e, sobretudo, a China — a qual acaba de se posicionar, com uma vasta liberalização, para ingressar na OMC — pretendem voltar a encurtar o período de transição actualmente vigente no Acordo Multifibras.

Que fará o Governo? Imitará o último governo do PSD, que brilhantemente conseguiu arrancar do Sr. Jacques Delors uma contrapartida de 80 milhões de contos para o programa IMIT, não previsto no QCA II e que tão indispensável se tem revelado à modernização do nosso sector têxtil? Ou imitará a passividade do governo da anterior legislatura?

E quanto à relação entre a política de concorrência e a liberalização do comércio e dos investimentos à escala mundial?

Está o Governo preparado para apoiar os nossos empresários schumpeterianos, que reconhecem que só terão dimensão para competir na esfera internacional (afinal, as nossas multinacionais que o PCP tanto detesta) se o Governo as autorizar a fusionar, criando situações de monopólio ou quase monopólio no nosso mercado interno?

Estará o Governo disposto, por exemplo, a dar luz verde à intenção de fusão da Sonae e Jerónimo Martins, que acaba de ser anunciada? Que política de concentração pretende o Governo promover (e que nunca mais conhece a luz) no sector da pasta e do papel?

E quanto ao retomar do falhado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), tema que esta Câmara já debateu, no ano passado, queixando-se de que o Governo aos costumes disse nada? Já evoluiu a posição do Governo?

E sobre a especificidade da cultura que, segundo os jornais, o Governo irá defender? Será em nome da estatização majestática, a que o iluminado ministro Carrilho

se vem entregando, declarando que tudo é obra sua e dela afastando a sociedade civil, como se viu no debate recente nesta Câmara, em que o ministro se mostrou incapaz de partilhar um projecto nacional, como o é o Porto — Capital Europeia da Cultura 2001, com alguém da envergadura cívica do Dr. Artur Santos Silva só porque este lhe estava a fazer sombra?

E, por último, será que o tímido Ministro da Ciência ganhará coragem com a Ronda do Milénio para impor ao Governo a que pertence a urgência de Portugal se posicionar estratégicamente, como fez, por exemplo, a Irlanda, nas novas indústria multimédia, na utilização da Internet, no comércio electrónico e na indústria audiovisual e de conteúdos?

Sr. Ministro Pina Moura, ouvi-o sublinhar este ponto na sua intervenção, mas permita-me que lhe diga, acrescentando ao que tinha escrito, que é importante conhecer qual a estratégia que o Governo defende: se parcerias estratégicas com entidades internacionais que têm massa crítica e inovação ou se vamos caminhar pelo nosso próprio pé? Qual é a estratégia que o Sr. Ministro defende nesta matéria?

Que pobreza, Srs Deputados, o tímido programa de cidades digitais deste Governo! E que frouxo o programa de generalização do acesso das famílias portuguesas ao computador pessoal, ao e-mail e à Internet!

Sr Presidente e Srs Deputados, vou concluir com uma última e simples pergunta que tem o Governo a dizer ao mundo sindical e aos trabalhadores deste País sobre os custos sociais, em matéria de desemprego, flexibilidade e mobilidade laboral, redefinição de carreiras, requalificação profissional e orientação de carreiras profissionais, que Seattle inevitavelmente irá trazer, para além de todos os benefícios que dela se podem esperar?

Vai o Governo continuar a falar sobre este tema, com simpáticas, mas vazias, declarações de intenções, ou vai agir, na esteira do que fizeram alguns dos nossos parceiros europeus, como a Holanda e, mais recentemente, a vizinha Espanha?

Sr Presidente, a minha última palavra é para saudar, de novo, V. Ex.^a, não com palavras minhas mas com as de alguém que sempre mereceu de V. Ex.^a a maior consideração e respeito e que disse um dia nesta Câmara o seguinte: «Em democracia, tudo deve ser simples e relativo e nada deve ser encarado sem o sentido da proporção e sem um mínimo sentido de humor. Mas nada pode ser encarado e sobretudo resolvido sem o sentido da realidade» — estou a citar Sá Carneiro, evidentemente.

Aplausos do PSD.

O Sr Presidente — Estou de acordo, Sr. Deputado. Muito obrigado.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Saraiva.

O Sr. José Saraiva (PS) — Sr. Presidente, estávamos nós postos em sossego, quando o Sr. Deputado Patinha Antão decidiu não só citar Vieira, o que é já uma ousadia, mas também emaranhar-se num conjunto de comentários

e considerações sobre o Partido Socialista e as posições que a Internacional Socialista vem assumindo e reformulando constantemente — isto, certamente porque o Sr. Deputado pertence a uma família política que normalmente não tem matéria para discretear, investigar, descobrir e avançar e que é de um vazio ideológico tremendo, assustador —, estando mais preocupado com aquilo com que nós nos preocupamos do que propriamente com a matéria hoje em debate nesta Câmara.

Mas ficaram-lhe também alguns resquícios do passado. Recordo-me de V. Ex.^a, nos idos de 1974, quando trabalhava no Ministério do Trabalho e era um figura não direi significativa — e ainda bem que o Partido Comunista se livrou destes economistas¹. Penso que V. Ex.^a quis exorcizar hoje, aqui, em local próprio, alguns resquícios desse passado, avançando algumas críticas àquilo que considera a nova postura ou a postura de há alguns anos do Partido Comunista.

No entanto, não fazendo minhas as dores que certamente são de outros, digo-lhe que V. Ex.^a revelou também uma ignorância profunda sobre o que é o Partido Socialista e a Internacional Socialista. E era interessante convocá-lo para procurar saber aquilo que nós e, designadamente, o Primeiro-Ministro, nosso Secretário-Geral e actual Presidente da Internacional Socialista, temos defendido, a saber, a Declaração de Paris, que é um acervo importante para aqueles que entendem que a sociedade justa é uma sociedade que se reforma constantemente, em valores que são bastante perenes.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado Patinha Antão, que, para além do emaranhado de perguntas que qualquer um de nós terá cuidadosamente de anotar no texto do seu discurso, V. Ex.^a se repetiu e, por vezes, foi tão eloquente na demagogia com que olha para o Partido Socialista que, muitas vezes, nos confundiu com o Partido Comunista. Há uma confusão na sua intervenção, que pouco tem a ver com a matéria hoje em discussão, matéria que, em boa hora, o Partido Comunista trouxe a debate nesta Assembleia.

De facto, em vez de se centrar nas matérias em análise, V. Ex.^a preferiu, por vezes, «atirar-nos» algumas palavras que nos incomodam e nos ferem, mas que não chegam ao ponto de nos insultar, porque V. Ex.^a acabou dizendo que a sua intervenção estava recheada de humor. Só assim pode e merece ser entendida a epistologia barata, que, hoje, nos trouxe aqui.

Rejeitamos em absoluto as observações que faz sobre o Partido Socialista e a Internacional Socialista. Designadamente, a forma pouco cortês como V. Ex.^a se nos dirige pareceu-nos não ser merecedora de outro comentário.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que o importante é saber se V. Ex.^a confia ou não na delegação de Portugal que o Sr. Ministro já aqui referiu.

O Sr. Presidente — Agradeço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — . e nas ideias que o Sr. Ministro disse que iria defender no quadro da União Europeia. É que V. Ex.^a descobriu tarde o liberalismo, V. Ex.^a descobriu muito mais tarde do que nós as ideias de mercado.

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Patinha Antão.

O Sr. Patinha Antão (PSD) — Sr. Presidente, não vou usar da palavra para responder a esta intervenção, porque me parece não ter matéria para tal. É que a matéria objectiva em causa não é qualquer referência ao meu passado, que, de resto, nada tem de que me não orgulhe. Porém, parece-me que isso não é matéria relevante — de resto, conhecida, pois já foi referida mais de um milhar de vezes —, pelo que nem sequer vou comentá-la.

Protestos do Deputado do PS José Saraiva

Ó Sr. Deputado! Valha-nos Deus, Sr. Deputado!

Quanto à matéria que abordei, creio, com a devida vénia, que o Sr. Deputado não a entendeu em absoluto. Não fiz referências baratas à postura ideológica do Partido Socialista.

O Sr. José Saraiva (PS) — Pareceu-me!

O Orador — fiz referências fundamentadas em Prémios Nobel e fiz perguntas concretas

O Sr. José Saraiva (PS) — Leu o Giddens?

O Orador — Se o Sr. Deputado, porventura, não tem outra resposta para estas questões, a Câmara está elucidada e eu também.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A globalização económica e a mundialização cultural dominam muitas das conversas entre os cidadãos, predominam no discurso dos *media*, influenciam debates nos parlamentos e provocam discussões nas academias do mundo. Aqui, por iniciativa do PCP, foi suscitado um debate sobre a matéria.

A perspectiva da entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) do velhinho Império do Meio, economicamente transformado por um acelerado processo de crescimento, não nos faz esquecer Tiananmen nem a devolução de Macau à antiga República Popular, no quadro dos acordos efectuados, gera, sim, um duplo sentimento de ansiedade e satisfação em diversos países europeus.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A concepção ultraliberal presente e hegemónica, durante alguns anos, nos países europeus, no GATT e na própria OMC não só nunca mereceu o nosso acordo como terá correspondido, de certa forma, ao domínio ideológico de um neoliberalismo político que, da velha Albion de Thatcher ao «reaganismo» económico, dominou o mundo anglo-saxónico, teve os seus defensores na Europa da União, influenciou decisivamente os «tigres» liberais asiáticos, antes da crise, e terá até iludido alguns outros governantes do hemisfério sul, para

além de ter um peso significativo na ideologia e na atitude de prática de muitos funcionários e quadros de organizações financeiras e económicas internacionais

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados A realização da próxima Conferência da OMC, em Seattle, não se afigura como uma tarefa fácil

O desenvolvimento do GATT permitiu o reforço e o crescimento do comércio internacional, um dos motores (e, digo bem, um dos motores e não o motor) do desenvolvimento económico internacional. A Conferência de Márraquexe propiciou a transformação do *general agreement* numa verdadeira organização, permitindo a pilotagem negociada, de certa forma, dos progressos verificados no comércio internacional

Alguns obstáculos houve a vencer, no plano político-ideológico e no plano do comportamento organizacional.

Por um lado, a prevalência, durante décadas, em vastos pontos do globo, de sistemas económicos de direcção central, com uma economia planificada, dificultaram, de certa forma, a regulação negociada, nos termos do GATT/OMC, das novas formas de conduzir o comércio internacional

Por outro lado, a ideologia liberal (ou até ultraliberal) dominante em muitas organizações internacionais..

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Ideologia liberal só do PS.

O Orador — Eu já trato de si, Sr Deputado Paulo Portas

Por outro lado, dizia eu, a ideologia liberal (ou até ultraliberal) dominante em muitas organizações internacionais procurou afeiçoar um modelo de negociação e de crescimento, suportado nas práticas e orientações políticas dominantes no mundo anglo-saxónico e na União Europeia

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Está a tentar intimidar-nos

O Orador — O Sr Deputado Sílvio Rui Cervan não se intimida facilmente, pelo menos fora do CDS-PP.

Mas hoje assistimos, aqui, a um espectáculo deprimente de confusão ideológica, de demagogia e de oportunismo intelectual, bem patente na intervenção do Sr Deputado Patinha Antão. São comentários feitos a partir de apressadas leituras de jornais sobre o último Congresso Internacional Socialista e perguntas ao Primeiro-Ministro, que a sua direcção parlamentar lhe deveria ter dito que não seria normal serem, hoje, aqui, presentes

Uma pergunta ao Sr. Deputado Patinha Antão, quanto às pensões, sempre mais aumentadas durante o Governo do PS do que durante os governos do Cavaco: onde estaria, então, o Dr Patinha no tempo do governo do Cavaco? Certamente, já não estava no Ministério do Trabalho, certamente já lê Sá Carneiro e experimenta o humor, ou novas técnicas de humor

Sr Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo No momento em que vivemos, na altura da Ronda do Milénio, podemos considerar muito importante a defesa do que tem sido referido como a versão humanamente aceitável da globalização. Neste quadro, dizer que o livre

comércio é a regra e o protecionismo a excepção, será relevante mas não será, essencialmente, o que importa agora dizer

Por outro lado, e na própria consideração das regras mundiais do comércio, interessa sublinhar a especificidade de sectores como o audiovisual e a produção cultural globalmente considerada e interessa também discutir se a especificidade do domínio cultural e do que hoje se designa, frequentemente, por indústrias da cultura, tem sido, na própria Europa, suficientemente defendida pelas medidas tomadas no domínio do audiovisual, face às ameaças de hegemónização norte-americana

Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo: A globalização significa, nos tempos de hoje, simultaneamente, um conjunto de oportunidades e de ameaças. A consideração dos efeitos que a completa liberdade de movimentos de capitais tem, não só sobre o sistema financeiro mundial como sobre a governabilidade de alguns Estados económica, social e politicamente mais vulneráveis, deve fazer-nos meditar sobre o sentido da liberalização desregulada e fazer pensar na necessidade de reformar os organismos financeiros internacionais e de forçar a própria OMC a desempenhar um adequado papel no quadro da liberalização regulada das trocas. Será assim necessário corrigir os excessos da mundialização galopante, defender, neste contexto, o próprio modelo social europeu e garantir condições de crescimento e de desenvolvimento aos países do chamado terceiro mundo. Estaremos, penso, mais lúcidos e actuantes do que aquando do Uruguay Round, nesta Ronda do Milénio

Questões como o combate ao *dumping* ambiental e social — lembremo-nos da falta de protecção social e de direitos sociais em muitas das economias asiáticas apontadas como modelo e exemplo pelos tenores ultraliberais — e a problemática que se agudiza da segurança e da qualidade alimentar ganham uma nova luz nas negociações que se avizinharam e que, como referimos, não vão ser fáceis. A dificuldade de, ontem mesmo, em Genebra, se fixar uma ordem de trabalhos, sublinha-o e evidencia-o

Neste contexto, as guerras das bananas e das hormonas foram apenas alguns dos afloramentos das tensões comerciais e dos conflitos de interesses entre poderosos sectores económicos Estado-unidenses e relevantes interesses de algumas economias europeias, enquanto que o processo relativo ao designado Acordo Multilateral de Investimentos evidenciou contradições e divergências, não só de interesses económicos como de perspectivas políticas e, designadamente, culturais.

Sr Presidente, Srs Deputados, Sr. Ministro das Finanças e da Economia, Srs Secretários de Estado: Interessaria, neste momento, referir algumas das questões em debate em Seattle

Lionel Jospin, há dias, referiu que «nada estava adquirido, enquanto não estivesse tudo adquirido» — aqui, aliás, já referido pelo Sr Deputado Basílio Horta. Seria esse o sentido de uma ronda global, no âmbito da qual se consideraria ser essa a melhor garantia — ser efectivamente global — para que os interesses comerciais do conjunto dos membros da Organização Mundial do Comércio vengam a ser tidos em consideração

Sr Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo: Na proposta de resolução que o PCP nos apresenta, menciona-se e defende-se a aplicação da «taxa Tobin»

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Está enganado!

O Orador. — Interessará formular algumas questões A forma como o PCP redigiu cuidadosamente o texto implicará a realista consideração de que não fará mais sentido a aplicação de uma taxa do tipo Tobin apenas num sistema financeiro nacional?

Em qualquer caso, será oportuno informar a Câmara e o Governo de que tencionamos apresentar um projecto de resolução sobre este mesmo assunto

Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo: Ao mesmo tempo que se desenvolve a Organização Mundial do Comércio e que procuramos que se reforce a regulação no seu seio importa sublinhar a importância da organização regional de blocos económicos

Essa forma de organização regional, de que a União Europeia é exemplo e o Mercosul uma importante experiência, é perfeitamente compatível com o avanço multilateral e global das trocas negociadas e reguladas, podendo até ser um factor de contrapeso e de limitação à hegemonia de uma potência económica, tendencial ou potencialmente, dominante

Sr Presidente, encontra-se também na ordem do dia a questão da protecção dos direitos dos consumidores, no contexto do progresso do comércio mundial, a qual se relaciona, obviamente, com o problema da segurança da qualidade alimentar, já aqui referida. Só que as tentativas de controlo da qualidade, neste domínio e noutras, não podem ser utilizadas para camuflar práticas proteccionistas, nem o ultroliberalismo nos pode impedir de assegurar controlos efectivos sobre a qualidade dos produtos que circulam, dos bens que se produzem. Também aqui, é necessário um equilíbrio

Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo: Será importante, no contexto das negociações da OMC, procurar defender posições dos Quinze da União, sempre que possível comuns. Um Estado isolado, sem a dimensão de potência económica mundial, pouca influência teria. Julgamos, assim, que existiu um progresso significativo na coesão política da posição da União e dos Quinze Estados Membros

Regozijamo-nos por se ter obtido, por parte do Sr. Ministro, neste debate, a confirmação de que as posições que os Quinze da União Europeia se preparam para defender, na Conferência de Seattle, reflectem, de forma equilibrada, os interesses portugueses

Mas outro ponto interessa sublinhar é claro que um acordo financeiro no domínio internacional, um acordo multilateral de investimentos que fixe regras e que possa dar garantias de estabilidade nos investimentos poderá tornar mais claro o quadro para os investidores, mas poderá ser também um factor de desenvolvimento e de reforço para investimentos nos países onde deles há mais carença. O que não se pode é aceitar regras leoninas que privilegiem os investidores e esqueçam os interesses relevantes das economias receptoras desse investimento directo do estrangeiro

Sr Presidente, não haja a ilusão de que menos entraves ao comércio internacional permitiriam automaticamente a emergência de uma pseudo nova ordem económica internacional. Se tal ocorresse poder-se-iam desenvolver tendências de autonomia económica sem sentido e com difícil regresso.

O caminho pelo comércio internacional regulado é o correcto, mas o que é realmente preciso é uma reforma das organizações económicas internacionais. Esse caminho não tem o impacto mediático da sua superficial e espectacular contestação, mas parece-nos o mais adequado aos interesses económicos e sociais nacionais, ao progresso da União Europeia e ao bem-estar da Humanidade.

Outros aspectos complementares, mas significativos, interessam às negociações no quadro da OMC, por exemplo, a questão da defesa das designações de origem é uma delas, tal como algumas questões ligadas à agricultura

Srs Deputados, emerge com alguma força um aparente conflito de difícil resolução, que opõe os sectores ambientalistas e agrícolas da União e do mundo desenvolvido, algumas elites políticas terceiro-mundistas e sectores económicos norte-americanos. Diríamos que esse conflito é o da resistência de integrar normas sociais, incluindo direitos sindicais e de protecção social e cláusulas ambientais, consideradas, por alguns sectores de tais elites políticas do hemisfério sul e por alguns grupos económicos norte-americanos, como um camouflado proteccionismo dos mais desenvolvidos, que querem impor regras aos mais pobres e simultaneamente proteger os seus produtos. Também sobre estas questões é bom aprofundarmos a posição das diferentes forças políticas presentes nesta Assembleia, nomeadamente a de alguns dos que vindos do neo-liberalismo, hoje, nem sempre sabem «em que pé se apoiam», «em que cadeira se sentam», se na cadeira da solidariedade e do progresso social ou na da adoração ao «Deus mercado»

Nós queremos o mercado, mas subordinado à solidariedade e regulado por regras aceites e equilibradas.

Sr Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo Concluiríamos dizendo que é necessário que o crescimento económico e o reforço regulado do comércio internacional sejam o suporte de um desenvolvimento sustentável e equilibrado e não uma fonte de acréscimo das desigualdades entre classes, grupos sociais, forças e sectores económicos

Com este objectivo central e tendo em conta a complexidade da situação actual, guiado, certamente, pelo interesse nacional, o Governo suportado pela maioria da Assembleia defenderá — certamente bem —, na próxima Conferência da Organização Mundial do Comércio, os interesses económicos, sociais e políticos portugueses, na linha do desenvolvimento sustentável, no âmbito da União Europeia e tendo como objectivo uma ordem económica internacional mais justa e mais equilibrada

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr^o e Srs Deputados Ao começar esta intervenção tenho de dizer *Pater peccavi Porquê?* Não tenho passado marxista e espero que não me descubram nenhum passado fascista, porque, de facto, nunca fui amigo da ditadura, mas também não sou marxista

Risos

Por outro lado, também vou fazer uma outra confissão, que, espero, tomem benevolamente. em Dezembro de 1994, votei contra os acordos do GATT, se estou ilibado dessa culpa, não sei, de qualquer maneira não tenho grande simpatia por isso.

De facto, ao aproximarmo-nos do final do século — falta pouco mais de um mês — e dos princípios do milénio era inevitável que as negociações do ex-Uruguay Round — termo que nos faz lembrar um pouco o espectáculo do boxe — se revestissem do sinal dos tempos e passassem, mediaticamente, a ser chamados de *millenium round*, aquando do encontro, em Seattle, da actual Organização Mundial do Comércio, OMC, ex-GATT

Será isto messianismo ou farsa messiânica, um ciclo dominado pelas guerras e o pessimismo, ou o começo de uma nova era, onde tudo vai ser diferente?

Quando em 1947, exactamente quando se fundou o GATT — depois Uruguay Round —, em Genebra, coexistiram na mesma cidade os encontros internacionais de Genebra em que, com a colaboração de espiritualistas católicos e protestantes, com estalinistas e democratas-liberais, se discutiram dois temas bem importantes, que agora estão um pouco esquecidos para um novo humanismo, progresso técnico e progresso moral

Quanto ao último tema, os materialistas dialécticos — e eram importantes, Vernant, Halding e outros — defendiam que o progresso técnico iria favorecer o progresso moral. Infelizmente, julgo terem-se enganado e, hoje, podemos ver que, como sempre, sem visão ética dificilmente o chamado progresso técnico servirá o ser humano, o ser humano menos protegido, vivendo excluído do lado de lá da barreira do bem-estar

Como sempre, a dicotomia entre ricos e pobres, que já Aristóteles na *Política* apontava como a causa determinante da política, portanto, da democracia, da oligarquia e da tirania, formas, dizia ele, degeneradas da sociedade aristocrática. Essa divisão é plenamente actual e mais actual ainda quando olhamos com atenção os movimentos do mais diferente jaez que enxergamos a caminho de Seattle, espécie de Santiago de Compostela, sem santidade nem vida eterna, onde a teologia ali tratará de tarifas aduaneiras, de aliados preferenciais e do domínio — palavra não pronunciada — dos mercados. O espírito teológico é o mesmo, só que ao serviço da oligarquia financeira, que comprará as almas e as bolsas, declarando herege, sinônimo protecionista, todo o que contra ela se pronunciar.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Fala-se, pois, da globalização ou mundialização como fundamento deste encontro em 30 de

Novembro, em Seattle, na costa Oeste dos Estados Unidos, Estado de Washington — os Deputados, em geral, não vieram aqui, porque se calhar não sabiam onde é que ficava — perto da fronteira do Canadá, Centro de Microsoft e da Boeing, símbolos sacrais da religião económico-financeira.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr Manuel dos Santos (PS): — Se ler o livro do José Hermano Saraiva vai ver que está lá tudo.

O Orador — Fala-se da globalização como novidade, como acontecimento deste século E, meu Deus!, tal afirmação revela o quê? Ignorância histórica ou simplesmente hipocrisia?

No fundo, o que pretendeu Alexandre Magno ao caminhar com as suas falanges — nova técnica de guerra — até ao Ganges? E César, Augusto, Carlos Magno, Carlos V e os portugueses e os espanhóis, com as descobertas e o sensato Tratado de Tordesilhas em nome da fé e do império? Que pretendiam Luís XIV, Napoleão, Adolfo Hitler e José Estaline? Parcialmente, todos queriam a globalização e, ao quererem-na, revestiram-se das vestes imperiais ou do «rei-sol», calcaram sob o tacão das suas botas o Estado-Nação e pretendiam que todos eram iguais, desde que fossem sua presa

Mais próximo da actualidade é o exemplo do império britânico da Rainha Vitoria, que chegou ao seu auge nos princípios deste século com 700 milhões de súbditos e que entrou em rápido declínio, até ao seu total desaparecimento, logo a seguir ao fim da última guerra mundial. Também os ingleses não queriam tarifas nem soberanias nos Estados mais pobres como a Índia ou os Estados africanos — lembre-se a guerra de Boer, na África do Sul —, por forma a permitir matérias-primas baratas extraídas do seu Commonwealth (tradução de «riqueza comum»), para o qual enviavam os produtos manufacturados com o valor acrescentado que convinha aos grandes comerciantes e financeiros da City

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Como todos os impérios entrou em declínio, pois não há orçamento que chegue para financiar a máquina defensiva necessária para os manter, o que não impediu que deixassem, no meio de tiranos, carnificinas e destruição, por todo o lado em que estiveram, vantagens para os povos locais, como seja o conhecimento do inglês, algum espírito comercial e bolsista e, confessamos, alguma disciplina nas forças armadas nacionais — desculpem falar de disciplina que é uma palavra altamente reacionária, mas, enfim, é um *lapsus lingua*

Risos do CDS-PP

A sua visão musculada de império não hesitava em utilizar a diplomacia política da canhoneira, mesmo com os seus aliados — lembremos o ultimato do Tejo, face a Lisboa, ela foi herdada pelos seus filhos espirituais, ainda

que outrora revoltados contra o poderio paterno dos Estados Unidos, do Canadá e, em menor escala, da Austrália e da Nova Zelândia

Aos dois últimos se juntaram o Brasil e a Argentina, e outros, formando durante o Uruguay Round, o chamado Grupo de Cairns, da reunião e acordo havidos nessa cidade australiana. Quem a todos comanda são os Estados Unidos, actualmente única grande potência mundial, que, como todos os poderosos, usam da táctica de todos acusar das más práticas que utilizam acusação principal, o protecçãonismo.

Abandonaram-se parcialmente, devido a sucessivas derrotas no Vietname, na Somália e até no Líbano, as políticas primárias da canhoneira, substituídas de forma mais sofisticada pelas guerras mediáticas e virtuais, por exemplo, a do Iraque e a do Kosovo.

Perguntar-me-ão por que me refiro ao poder de guerra. A resposta é simples: ele foi sempre um poder persuasor para as trocas comerciais e para a defesa dos pontos fulcrais de extração de matérias-primas.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador — Já assim se explica que a Europa ceda, em cada passo, ao poder americano, minada que está nas suas instituições governativas, como a Comissão Europeia — disso é prova o «Relatório dos Sábios» sobre a Comissão Europeia —, dominada, tanto na esquerda como na direita, pelo poder financeiro, pelas sondagens de opinião, pelos exames dos analistas políticos, pela sacrossanta figura dos consumidores, uma nova realidade política que, de facto, dá mais votos do que o produtor.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador: — Por isso, lá está, em Seattle, Pascal Lamy, socialista francês, que, por definição — isto não é ataque algum ao Partido Socialista, não há aqui qualquer espécie de agressividade, na medida em que os senhores, agora, são bastante liberais... —...

Risos do CDS-PP.

O Orador: — . teria de ser protecçãonista, se no seu partido não tivesse havido conversões em massa ao livre-cambismo. Lembro-me de o meu colega Giulio Fantuzzi me dizer. «*Ma, Raul, tu no crede nel mercato*» e eu disse-lhe uma palavra feia, a qual, desculpem, não posso repetir aqui. Mas, de facto, confesso que aquela frase do Giulio me irritou bastante — ele é do PDS, como podem imaginar.

Risos do CDS-PP

Esse Lamy quem é? Foi chefe de gabinete de Jacques Delors e assistiu impassível à criação do mercado interno, que, abolidas as fronteiras — o que não considero nada mal —, foi entregue, sem qualquer controlo — o que considero péssimo —, a toda a espécie de tráfico ilegal de bens, de pessoas, de criminalidade organizada, como é fácil

depreender nos vários volumes elaborados, há dois anos, pela comissão temporária que se ocupou do tráfico ilegal no trânsito comunitário, ou seja, da fraude fiscal, em que estiveram presente 16 funcionários das alfândegas europeias. Segundo essa comissão o tráfico ilegal cifra-se em biliões de contos, com matérias sensíveis, sobretudo o tabaco, o álcool e outras mercadorias, sem se ocupar, contudo, do tráfico entre os Quinze países membros, o que, naturalmente, deixa a «coisa» incompleta.

Esperamos que o Comissário António Vitorino — que é uma pessoa que admiro e de quem sou amigo — consiga debelar esta doença dos nossos tempos, em que a criminalidade de «colarinho branco» é um modo de vida elegante, pois é feita por alunos das melhores escolas, filhos, certamente, das chamadas boas famílias.

Como poderá a Europa defender-se do domínio financeiro nas trocas comerciais?

Fundindo as maiores empresas em colossos, em mastodontes? É uma das vias que está a ser seguida.

Defendendo a pureza de uma produção agrícola contra as hormonas, quando todos sabemos, e os americanos também, que o tráfico de anabolizantes é mais lucrativo do que o da cocaína e que os anabolizantes, infelizmente, são aplicados, em larga escala, em muitas criações de bovinos europeus. Enfim, este é um facto nosso conhecido.

Defender no sector da lavoura — honra ao Paulo Portas! — a multifuncionalidade dos seus agricultores? Será que se pensa que os agricultores americanos não sentem o mesmo? Ainda hoje recebi um convite pessoal de agricultores americanos e japoneses — imaginem! — para ir a Seattle defender a importância do carácter multifuncional da agricultura nas negociações agrícolas da OMC! Por que razão só agora se mexem?

Todos sabemos que muitos sectores económicos da vida americana não estão de acordo com o imperialismo económico do seu país e que os Estados Unidos mantêm, diplomaticamente, um sistema de vigilância, para não empregar palavra mais forte, sobre tudo o que fazemos na Europa, seja na indústria, na agricultura ou nos serviços. Por que razão não fazemos nós o mesmo em Washington D.C., em vez de passivamente nos deixarmos ditar leis?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador. — Estou a falar da Europa toda, bem entendido, não do nosso país armado em «David contra Golias».

É de todos sabida a violência utilizada pelos americanos na guerra comercial, pois não encontro termo melhor para definir o que sempre vi. É de todos sabida, mas de todos calada, a indignação.

Basta ler, para nos informarmos, o que, no Newsweek, de 31 de Março de 1997, nos conta, a jeito de memória, Jeffrey Garten, decano da escola de gestão da Universidade de Yale trata-se da luta travada por Ron Brown e por ele, seu, colaborador, para evitarem, em 1994, que uma firma francesa fizesse a montagem no Brasil de um sistema de controlo ambiental no Amazonas.

Os franceses, diz Garten, são fortemente subsidiados pelo seu governo, chama-lhes o «nosso inimigo francês»,

por isso, Brown — que morreu num acidente estranho de aviação sobre a Bósnia — e Garten precipitaram-se. O método utilizado foi o seguinte: cada um fez duas viagens ao Brasil, depois, houve a ameaça do chefe da NASA à sua congénere brasileira de cortar qualquer espécie de colaboração, em seguida, o chefe de outra organização ambiental, a EPA, fez o mesmo e o Banco Export/Import prometeu mais financiamento se o negócio com a firma americana fosse feito e o Presidente Clinton, para finalizar a sessão, telefonou directamente ao Presidente do Brasil. Assim, diz-nos Garten, a Raytheon «ganhou» — termo empregado — «e Massachusetts criou mais vinte mil empregos» e termina dizendo que a França, a Alemanha e o Japão financiam brutalmente as suas empresas. Será que Garten só vê «a palha no olho do parceiro» e não vê a trave que perpassa pelo seu?

A verdade é simples mesmo sem canhoneira o mundo financeiro, ao dominar as bolsas internacionais, conseguiu colocar, por exemplo, os preços agrícolas abaixo do preço de custo, forçando os países mais pobres a esforços orçamentais que prejudicam o seu desenvolvimento.

Outro exemplo, os políticos americanos consideram sacrossanto o preço dos combustíveis, sobre os quais cobram impostos baixíssimos, se os compararmos com o que faz a maior parte dos países concorrentes. Com a gasolina a 40\$ o litro pode-se ser mais competitivo do que quem a paga a 160\$.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — De facto, as ajudas, invisíveis e visíveis, do governo americano à sua agricultura ou à sua indústria são vistas com complacência, certamente provocada pelo medo, por parte dos seus concorrentes.

No entanto, isso não evita que, há poucos dias, o Senador Grassley, republicano, e 26 senadores democratas protestassem contra as fusões da Cargill Incorporated com a Continental Grain Co e da Smithfield Foods Inc com a Murphy Family Farms — imaginem a *family farms* da Murphy! —, o segundo produtor de carne de porco dos Estados Unidos.

Bem me dizia o congressista do Nebraska que, no encontro que tive no Congresso, em Washington, me afirmou que em breve os Estados Unidos viriam destronar os dinamarqueses, os franceses e os belgas no mercado mundial do porco.

Qual o resultado desta convulsão, na África, na Ásia e na América do Sul? Certamente, em casos pontuais de investimentos nalguns deles, provenientes de deslocalizações dos países ricos, cria-se emprego nos países em desenvolvimento, mas, apesar disso, existem 700 milhões, ou mais, de excluídos.

Por outro lado, apesar de o acordo entre os Estados Unidos, o Canadá e o México — a NAFTA — ser celebrado como grande sucesso económico já se contam entre 400 ou 500 mortos o número de mexicanos feridos a tiro que ilegalmente queriam passar para o eldorado americano,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador: — . sem falar de um milhão de camponeses que perderam parte substancial do seu sustento, no México.

Entretanto, por outro lado, o Islamismo estende-se, silencioso, pregado por missionários, caritativo por que fundamentado no cumprimento do Corão. Em Luanda, neste momento, já existem três mesquitas, o que é novidade naquela zona de África. Não tenho dúvidas de que não é preciso ser iluminado para ver que os povos deste mundo se movimentam.

E nós, o que poderemos fazer? Neste momento, lido, como li, o ensoso relatório sobre a OMC, do Parlamento Europeu, da autoria do meu antigo colega Schwaiger, pouco mais podemos fazer que não seja reavivar o princípio da preferência comunitária defendido pelo já odiado Tratado de Roma. Defender quanto possível acordos bilaterais — heresia — e não multilaterais comandados por um organismo supranacional escolhido pelos países mais poderosos e de caráter decididamente imperialista.

Evitar também ceder à tentação de falar em inglês crioulo, ou *pidgin-english*, se quiserem, a que vai corresponder um pensamento também *pidgin*, um pensamento científico da mesma qualidade, tal como é o caso de cientistas alemães, que outrora representaram uma ciência de tal forma desenvolvida que forçava os interessados a falar e ler alemão — agora, é o contrário! Mas mais importante que tudo é admitirmos um comércio livre, desde que seja um comércio justo,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador: — . com leis e regras que o definam e que o não tornem presa dos mais poderosos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, no caso português, chegou a altura de investirmos na matéria cinzença e não só em betão, por forma a permitir os nossos filhos a trabalhar com a cabeça e com as mãos porque, para terminar com Aristóteles, há que lembrar o pré-socrático Anaxágoras, que dizia que o que diferenciava o homem dos outros animais era o facto de ele ser capaz de trabalhar com as mãos. Ora, todos sabemos que sem cabeça as mãos não se controlam nem dirigem.

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do PSD Fernando Seara

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A redefinição das regras do comércio internacional vai estar na mesa das negociações da OMC em Seattle. A agenda é vasta e as incertezas do Governo português são também grandes, segundo a intervenção do Sr. Ministro das Finanças e da Economia, que acabou por admitir a sua responsabilidade relativamente ao não envolvimento da sociedade portuguesa e à não discussão desta matéria em Portugal nos termos devidos.

Ao que se sabe, pretende sujeitar-se às condições da oferta e da procura patrimónios que não têm preço para a humanidade e que estão na base de direitos fundamentais, como sejam a educação, a saúde, a cultura, o ambiente, o património genético, etc.

De facto, depois da saga do comércio das quotas de poluição, tão falada em Quioto e em Bona, permitindo-se aos países mais ricos adquirir quotas para mais poluir, subjugando a protecção ambiental e a saúde pública, bem como a resolução dos problemas globais do ambiente, como a destruição da camada de ozono, aos valores economicistas, a humanidade é confrontada com mais esta questão.

Num mundo de desigualdades sociais de tal ordem escandalosas, onde a riqueza se concentra em poucos e a pobreza se alastrá a uma dimensão escandalosa, onde o fosso Norte/Sul é cada vez mais vincado, onde a degradação ambiental, quer ao nível dos problemas globais quer aos níveis mais restritos, se intensifica, aqueles que assumiram compromissos na Conferência de Estocolmo e, depois, na Conferência do Rio, em vez de se debaterem para o seu cumprimento e tomarem medidas nesse sentido, nomeadamente para o desenvolvimento sustentável e para a preservação da biodiversidade do planeta, o que fazem é subjuguar-se ao poder económico, permitindo o monopólio das multinacionais e dos seus interesses no mercado, permitindo, com isto, uma degradação acelerada do património natural e de direitos dos cidadãos já adquiridos e garantidos.

É legítimo, por isso, afirmar que as negociações de Seattle representam dúvidas grandes de segurança para a humanidade: se a produção agrícola autónoma e específica de cada Estado for posta em causa, a qualidade alimentar é também posta em causa, se se permitir a imposição do organismo geneticamente modificado, pôr-se-á em causa a biodiversidade do planeta e a segurança alimentar, se sectores públicos que promovem a garantia de direitos forem objecto de privatização a pretexto da concorrência desleal, perdem-se direitos adquiridos. Só com estes exemplos é possível já visionar que o passo que se pretende dar a coberto do neoliberalismo é a ainda maior supremacia dos interesses financeiros e comerciais sobre os direitos sociais, a saúde pública e a protecção ambiental.

Esta tentativa deliberada de estender a tudo e a todos os princípios da exploração, da privatização, do comércio e da obtenção de lucro constitui uma ameaça indifarçável sobre os seres vivos e o futuro do planeta em nome de uma competitividade e de um progresso falsos.

Também com estas negociações se antevêm enfraquecimentos e perda de autonomia para tomar decisões de protecção a determinados sectores nacionais, que, de outra forma, serão destruídos, ou de autonomia para implementação de medidas de prevenção e precaução que garantam a saúde pública, como aconteceu com a proibição de utilização de amianto, que, com a ausência total de barreiras ao comércio, seria difícil, ou o caso das vacas com hormonas, cuja importação seria difícil impedir, ou, ainda, o caso de medidas que urge tomar a propósito das consequências dos organismos geneticamente modificados. A esta lógica encontra-se associado o problema da inver-

são do ónus da prova, que dificultaria ainda mais a tomada de medidas de prevenção da saúde pública.

Sr Presidente, Srs Deputados: Os Verdes portugueses, e também ao nível europeu, entendem que, face a tudo isto e antes de se avançar com quaisquer negociações no âmbito do aprofundamento das regras do comércio mundial, é preciso proceder a uma séria avaliação e ao balanço da actividade da OMC, do seu financiamento e dos efeitos da liberalização do comércio sobre as populações e o ambiente.

O mundo, Sr Presidente e Srs Deputados, neste âmbito, não é feito de inevitabilidades, é feito de vontades políticas cujos resultados afectam directamente a vida de milhões de pessoas e o que as envolve na sua sobrevivência e bem-estar no planeta.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar.

O Sr Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar (Luis Vieira): — Sr Presidente, Srs Deputados Nesta minha intervenção, irei fazer uma breve análise do *dossier* agrícola.

O Conselho de Agricultura de 27 de Setembro determinou já a posição da União Europeia face às negociações do *dossier* agrícola e foi votado por unanimidade. As questões fundamentais que estão em cima da mesa resumem-se, fundamentalmente, no seguinte: a União Europeia, embora concorde com a liberalização progressiva do mercado do sector agrícola, tem uma vontade firme de continuar a desenvolver o modelo de agricultura europeia existente, com base no seu carácter multifuncional, e de agir de modo a afirmar essa identidade tanto no interior como no exterior da União Europeia.

A agricultura europeia, na qual se insere a agricultura portuguesa, deverá ser, como sector económico, multifuncional, sustentável, competitiva e repartida por todo o território. Deverá também ser capaz de preservar a paisagem rural e de dar um contributo essencial para a vitalidade do mundo rural, devendo poder dar satisfação às preocupações e exigências dos consumidores em matéria de qualidade e segurança dos alimentos, de protecção do ambiente e de defesa do bem-estar dos animais.

As decisões adoptadas no tocante à reforma da Política Agrícola Comum no quadro da Agenda 2000 constituirão os elementos essenciais da União Europeia face a essas negociações comerciais e multilaterais no âmbito da OMC. Existe uma estratégia negocial e existem objectivos muito bem definidos da União Europeia em relação a estas negociações. Há a necessidade, como já aqui foi dito, de fazer-se uma abordagem global de todos os assuntos e não remeter esta questão puramente para o *dossier* agrícola. Há também que assumir o princípio do empreendimento único, ou seja, nada será decidido até que se chegue a acordo sobre todas as questões.

Em relação aos principais objectivos que estão em cima da mesa, há a necessidade de manter quer a cláusula de

paz, quer a cláusula de salvaguarda especial como forma necessária de dar continuidade e segurança jurídica ao resultado das negociações e permitir que ofertas de preços normalmente baixos ou vagas de importações possam ser resolvidas sem recorrer frequentemente a acções mais perturbadoras nos termos da cláusula de salvaguarda geral

Por outro lado, há também a necessidade de manter as chamadas «caixa azul» e «caixa verde». Na primeira, estão incluídas as ajudas aos mercados ligadas à produção, na segunda, estão incluídas as ajudas desligadas da produção, fundamentalmente as relacionadas com a investigação, com o investimento estrutural, com a cessação de actividade, com a retirada da produção, com as ajudas ao investimento e também com o ambiente. Além das ajudas que já existem no âmbito das medidas de acompanhamento, foram propostas mais algumas medidas em termos de alargamento da «caixa verde» no que diz respeito às questões do bem-estar dos animais, da protecção ambiental e da segurança alimentar.

Quanto à questão do acesso ao mercado interno, o que se pretende também é que a União Europeia, sendo um dos principais exportadores de alimentos, ajude no sentido de participar na expansão do comércio mundial. Deverá, no entanto, obter como contrapartida uma melhoria das condições de mercado para as suas exportações e, juntamente com um melhor acesso ao mercado, uma maior protecção para os produtos cuja reputação de qualidade está relacionada com a origem geográfica e a denominação de origem. Nesta matéria, Portugal reforçou a sua posição, uma vez que, no que respeita aos produtos mediterrânicos que já tenham protecção inferior aos outros produtos, nomeadamente os do norte da Europa, afirmou claramente que, se houver alguma redução progressiva desta protecção no mercado interno, a mesma não deverá ser feita em relação aos produtos mediterrânicos.

Uma outra questão é que a União Europeia também está disponível para negociar o processo de redução dos subsídios à exportação, o que, aliás, vem no seguimento das negociações do Uruguay Round, em que já se previa e em que foi definido um desarmamento progressivo, quer em valor quer em quantidade. No entanto, há duas condições que têm de ser asseguradas por um lado, é imperioso disciplinar a utilização dos créditos à exportação, o comércio estatal e as remessas de ajuda alimentar, que são formas que distorcem o mercado e que constituem também autênticos subsídios à exportação; por outro lado, deve ficar garantido, sob forma apropriada, a continuação da «caixa azul» e da «caixa verde», que se referem, a primeira, às ajudas ligadas à produção e, a segunda, às ajudas desligadas da produção.

No que respeita à questão da segurança e da qualidade alimentar, convém referir que deverá procurar-se soluções que garantam aos consumidores que a Organização Mundial do Comércio não será utilizada para impor no mercado produtos que despertem dúvidas legítimas quanto à sua segurança e que permitam à União Europeia definir o nível adequado de protecção. Neste âmbito, funcionam os dois mecanismos que estão também em cima da mesa: o princípio da precaução, que nos diz que na ausência de pro-

vas científicas claras mais vale prevenir e, portanto, restringir, e o princípio da rotulagem obrigatória, que garante a liberdade de escolha aos consumidores.

Como é natural, o princípio da rotulagem pressupõe também um controlo exaustivo de todo o processo de rastreio dos produtos, nomeadamente em relação aos organismos geneticamente modificados, desde que estes são lançados no mercado até que passam pela transformação e são incorporados nos chamados «novos produtos». Para se conseguir essa rotulagem obrigatória e para se dar garantias aos consumidores, é necessário um controlo apertado que permita conhecer o produto desde a origem até à sua finalização. Concretamente, em termos genéricos, as questões que estão em cima da mesa são estas:

Portugal reconhece que, efectivamente, são questões importantes, reforçou a sua posição na defesa da agricultura familiar ao contribuir e reconhecer que o alargamento da «caixa verde», onde estão incluídas as ajudas desligadas da produção, é aquilo que, no futuro, melhor defende a agricultura portuguesa e, ao mesmo tempo, a protecção do ambiente.

Gostaria também de responder a algumas questões levantadas pelos Srs. Deputados, nomeadamente ao Sr. Deputado Patinha Antão, que disse que o Governo falhou na reforma da Agenda 2000.

Gostaria de dizer que não foi o Governo que falhou na reforma da Agenda 2000, quem falhou foi o governo do PSD, que negociou a reforma de 1992, na qual, pela primeira vez, foram criadas as ajudas ao rendimento indexadas à produtividade histórica, e, a partir daí, colocou Portugal numa posição extremamente complicada no que diz respeito a ser contribuinte líquido do FEOGA-Garantia. Este é um dado objectivo que, neste momento, se minimizou na Agenda 2000 através de uma participação maior em termos de FEOGA-Garantia mas também através de uma outra vertente, que foi o programa de desenvolvimento rural, em que Portugal, em 1994, tinha um pacote de cerca de 4 milhões de contos por ano e, agora, irá ter disponibilizado, de 2000 a 2006, 53 milhões de contos por ano!

O Sr. Honório Novo (PCP) — Isso é uma cassette! Não corresponde à verdade!

O Orador — É a realidade objectiva!

Gostaria também de responder ao Sr. Deputado Agostinho Lopes, que disse que o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas anunciou, na última semana, determinadas medidas que iriam pôr em causa a produção de leite no País, o que seria a desgraça dos pequenos produtores. Pura demagogia! Em relação a esta matéria, temos de ser claros. Portugal fez um esforço enorme em termos de modernização do sector leiteiro. Neste momento, estamos à beira de atingir a quota de produção leiteira, coisa que não se verificou no passado, o que se deve ao esforço de modernização das explorações. Foi também feito um ajustamento estrutural, ajustamento esse em relação a pequenos produtores com 20 000 Kg, que, como não produzem em quantidade, não têm qualidade para serem competitivos no mercado. Ali-

ás, não foi só agora que o Governo tomou medidas, uma vez que já antes promoveu resgates e apoios aos produtores para que saíssem da produção Fê-lo. no entanto, num apoio solidário, isto é, dá uma indemnização aos produtores — neste momento, vai pagar cerca de 60\$ por cada litro de leite — e dá-lhes também prioridade nos direitos das vacas aleitantes, o que lhes permite, para além de receberem a indemnização, entrarem noutro tipo de actividade. Além disso, possibilita que os agricultores com mais de 55 anos de idade sejam enquadrados no âmbito da reforma antecipada

Estas medidas irão melhorar a competitividade do sector, porque os produtores até 20 000 kg não poderão estar neste mercado Aliás, eles já lá não estavam, simplesmente porque estavam a sair do mercado e, por vezes, sem qualquer tipo de apoio Portanto, foi neste sentido, tendo em conta este apoio solidário, que se resolveu, de uma forma eficaz, não só a competitividade de uns mas, ao mesmo tempo, se deu apoio solidário àqueles que efectivamente vão deixar de produzir

O Sr Presidente — Agradecia que terminasse, Sr Secretário de Estado

O Orador. — Quanto às questões que foram colocadas no que diz respeito aos OGM pela Sr^a Deputada de Os Verdes e também por vários Srs Deputados, quero dizer que a situação dos organismos genéticos modificados efectivamente existe Não podemos parar o conhecimento científico e sobre isso estamos todos de acordo No entanto, é necessário que exista este princípio da precaução Aliás, se ele já existisse neste momento era extremamente difícil aos Estados Unidos apresentarem uma queixa à Organização Mundial do Comércio contra a questão das hormonas Porquê? Porque no fundo, neste momento, ainda não há conhecimento científico preciso sobre as consequências das hormonas para a saúde pública Há pareceres nessa matéria que apontam para problemas graves para a saúde pública, mas, uma vez que a dúvida existe e não há ainda uma situação precisa, nestas situações é o princípio cautelar que se deve impor E, pois, a manutenção deste princípio que está prevista no *dossier* da agricultura

O Sr Presidente — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs Deputados Lino de Carvalho e Agostinho Lopes

Tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, ouvimos com atenção o Sr Secretário de Estado, mas a muitas das questões concretas aqui levantadas o Sr Secretário de Estado não deu resposta E eu, telegraficamente, vou colo-car-lhe algumas perguntas, Sr Secretário de Estado

Há dias, lemos palavras de um membro da delegação de Seattle, integrado na delegação do Governo, membro da Direcção-Geral das Relações Externas — penso que é este o nome —, na sequência, aliás, de declarações idênticas do Comissário Europeu, no sentido de que se teriam de fazer algumas cedências em matéria de Política Agrícola Comum para se chegar a acordo noutras *dossiers*

A minha primeira pergunta muito concreta é esta, Sr Secretário de Estado que cedências vão ser feitas? A que cedências deu o Governo o seu acordo? Como é que isto irá traduzir-se, eventualmente, numa nova alteração das regras da PAC, gravosa para a nossa agricultura?

Sr Secretário de Estado, ainda se mantém no Tratado de Roma o princípio da preferência comunitária Pergunto que força é que o Governo português dá à defesa deste princípio no quadro da delegação da União Europeia às negociações de Seattle? Deixou-o cair definitivamente ou continuamos a bater-nos por ele, já que é um princípio necessário à defesa da agricultura europeia e, em particular, da nossa agricultura?

É que nós, o Governo português, a União Europeia, deixamos cair esse princípio, mas os Estados Unidos, quando bem querem, chamam a sua lei comercial acima da mesa e decidem a proibição da importação de produtos que possam desequilibrar tanto a sua balança alimentar como comercial, como sabe, Sr Secretário de Estado O que é que fazemos quanto a este princípio?

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — E o problema do princípio da precaução? O Sr Secretário de Estado começou por dizer que defendia a adopção do princípio da precaução, mas depois deu a Os Verdes uma resposta evasiva, que permite deixar portas abertas para que, por exemplo, a questão dos organismos geneticamente modificados possa desenvolver-se, possa modificar-se, possa multiplicar-se e o seu comércio possa ser liberalizado

Sr Secretário de Estado, recordo que, recentemente, o Governo dos Estados Unidos proibiu a importação de produtos alimentares europeus, designadamente de queijo francês, em retaliação pelo facto de a União Europeia ter proibido a importação de beef com hormonas Esta é a questão! Qual é a posição do Governo português nesta matéria, Sr Secretário de Estado?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — É proibido proibir!

O Orador — É aqui que não funciona nenhum princípio da precaução. O que funciona é a lei do mais forte, o que funciona é a lei dos Estados Unidos, o que funciona é a lei dos grandes países exportadores

Por fim, Sr Secretário de Estado, nada nos disse quanto ao que pensa o Governo português em matéria de estruturas de decisão da Organização Mundial do Comércio

O Sr Secretário de Estado sabe que, por exemplo, a questão da banana foi resolvida a favor dos Estados Unidos da América, foi resolvida numa chamada «mesa de litígio» ou *panel*, que é liderada por um técnico superior de uma das multinacionais americanas de exportação de banana, a Chiquita Brands

É esta uma estrutura de decisão? Isto é, nós temos uma estrutura de decisão de litígios, no plano internacional, para o comércio internacional, neste caso o agrícola, em que a estrutura que vai decidir sobre o litígio é liderada por um P-DG da grande transnacional dos Estados Unidos da

América exportadora desse produto que está em litígio com a União Europeia nessa matéria E, naturalmente, como não podia deixar de ser, a decisão foi favorável à Chiquita Brands!

O que é que o Governo português pensa desta estrutura de decisão? Quais são as propostas concretas que o Governo português tem para modificar este modo de funcionamento?

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Secretário de Estado, há mais um pedido de esclarecimento para lhe ser feito e tem 4 minutos para responder, que lhe foram concedidos pela bancada do Partido Socialista Se quiser responder já ao Sr. Deputado Lino de Carvalho, faça favor, se quiser acumular, responderá no fim

O Sr Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar — Respondo já, Sr Presidente

O Sr Presidente — Então, tem a palavra, Sr Secretário de Estado

O Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar — Sr. Presidente, em relação à primeira questão levantada pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, gostaria de dizer que o Governo não fez qualquer cedência em troca de agricultura por qualquer outro sector

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Ainda não fez!

O Orador — Não existe qualquer cedência nesse aspecto Portanto, quanto a isso, estamos esclarecidos

Sobre a questão da preferência comunitária, como o Sr Deputado sabe, existem três princípios o da solidariedade financeira, o da unicidade do mercado e o da preferência comunitária

Em relação à preferência comunitária, é certo que ela tem vindo a reduzir-se por força do ajustamento e também da abertura do mercado comunitário ao mercado mundial No fundo, quando se está num processo negocial, como foi o caso da primeira e da segunda rondas do Uruguay Round, é necessário que o princípio da preferência comunitária se vá reduzindo

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Se vão para lá com essa posição!.

O Orador — Ainda não acabei!

O Sr Presidente — Sem diálogo, Sr Deputado, porque também foi ouvido em silêncio.

O Orador — O que eu estou a dizer é que essa preferência comunitária tem vindo a reduzir-se No entanto, quero dizer-lhe que o princípio da preferência comunitária vai manter-se, porque não é possível à União Europeia, nomeadamente em relação ao Grupo de Cairns, que são

aqueles produtores da Nova Zelândia e da Austrália que, por exemplo, têm um preço de leite da ordem dos 20\$/l ou um preço de carne da ordem dos 300\$/kg, enquanto na União Europeia o preço do leite é o triplo e o da carne é o dobro!

Portanto, não é possível à União Europeia abolir o princípio da preferência comunitária.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Deus o ouça!

O Orador: — sob pena de pôr em causa a sua própria produção!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Mas é possível os Estados Unidos imporem regras!

O Sr Presidente — Sr Deputado Lino de Carvalho, desculpe que lhe chame a atenção Foi ouvido em rigoroso silêncio e tem o dever de ouvir também

O Orador — Sr Deputado, deixe-me acabar No fundo, a sua questão foi no sentido de saber se ia ser abolido o princípio da preferência comunitária e eu disse que não ia ser abolido, disse que em relação à situação de abertura do mercado tem havido uma redução do princípio, mas que ele irá manter-se e há-de situar-se num ponto de equilíbrio que permita um comércio justo entre a União Europeia e os países mais «competitivos» — e a palavra vai entre comas porque, aqui, a competição é também associada a outras questões

Portanto, esse princípio irá efectivamente manter-se.

Sobre a questão da banana, trata-se de um *dossier* que, neste momento, está também a ser discutido pela presidência finlandesa da União Europeia, que, a partir de Janeiro, passará para Portugal, e para ela existe já uma proposta Portanto, não foi Portugal que esteve a negociar ou que deixou de negociar, já que isto são assuntos negociados no seio da União Europeia e a questão tem sido conduzida pela presidência finlandesa

No entanto, há neste momento uma proposta, segundo a qual até ao ano 2005 irão manter-se os direitos tarifários mais os contingentes e a partir de 2005 irão vigorar pura e simplesmente direitos aduaneiros Portanto, há protecção, até 2005, reforçada quer através do contingente quer pelos direitos e, a partir de 2005, a protecção será menor, porque já não haverá contingentes mas continuarão a existir direitos aduaneiros para a entrada da banana no mercado comunitário

Além disso, irão manter-se as ajudas à banana comunitária, nomeadamente as Dole francesas e as da Madeira

Em relação à questão do princípio de precaução, o que foi dito foi que, efectivamente, neste momento,.

O Sr Presidente — Sr Secretário de Estado, já gastou 3 minutos, tem mais um pedido de esclarecimento e já não tem sequer 1 minuto para responder Peço-lhe que faça a gestão que quiser do seu tempo, só que não pode aumentá-lo! Estamos de acordo?

O Orador — Certo, Sr. Presidente

O Sr Presidente: — Então, para formular o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado Agostinho Lopes.

O Sr Agostinho Lopes (PCP) — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado, este mandamento da competitividade faz, certamente, parte de todo aquele *dossier* do neoliberalismo bem conhecido.

Eu não gostava de fazer grande teoria e queria enveredar pela prática. Do ponto de vista da competitividade, acha que há competitividade, por exemplo, na União Europeia quando o 7.º Relatório da Comissão sobre as ajudas nacionais mostra que a indústria transformadora portuguesa é a que está no fim da escala relativamente à indústrias alemã, italiana, etc., em matéria de ajudas por trabalhador e em percentagem de valor acrescentado?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O que é a competitividade na agricultura, Sr Secretário de Estado? A competitividade na agricultura existe quando um agricultor holandês recebe 10 vezes mais do que um português nas mesmas condições ou quando até mesmo um espanhol recebe duas vezes e meia mais? Há competitividade quando nos Estados Unidos, com a descida de preço de 12%, os seus agricultores recebem biliões de dólares e em Portugal este Governo acha — e, aliás, também o anterior — que com 50% de prejuízos os agricultores não precisam de receber nada?

O que é a competitividade no leite? Poderia haver competitividade no leite relativamente aos pequenos produtores se o Governo, como várias vezes lhe foi colocado, tivesse avançado com as ajudas à recolha e à concentração do leite. Para que servem, então, as verbas do desenvolvimento rural, se aquilo que se propõe é liquidar os pequenos produtores?

O Sr. João Amaral (PCP) — Muito bem!

O Orador: — Gostaria, ainda, de lembrar algumas questões, em torno do mesmo problema da competitividade.

Em nome da competitividade dos matadouros e da sua modernização, produziu-se, neste país, um desastre que o Orçamento do Estado, os agricultores e inúmeras regiões deste país ainda estão a pagar. Em nome da competitividade, preparam-se para encerrar centenas de pequenos e médios lagares de azeite — é um problema que está em cima da mesa — produzindo, exactamente, o mesmo fenómeno.

Gostava que o Sr Secretário de Estado me respondesse ao seguinte: disse ou não o Sr Ministro que os produtores, até quatro vacas, iam ser apoiados para deixarem de produzir leite? O que é que eles vão produzir em vez do leite? Isto vai ou não produzir a desertificação económica e a desactivação de instalações pecuárias no interior norte transmontano e beirão e, mesmo, em muitas regiões das Beiras e do Minho com piores acessos e maiores distâncias dos centros produtores e de transformação do leite?

Se isto não fosse verdade, gostaria de perguntar por que razão o Sr. Ministro não desmentiu esta notícia, a qual, aliás, muitos o ouviram a anunciar pela televisão.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar, que dispõe de 2 minutos que lhe são concedidos pela Mesa

O Sr Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar — Sr. Presidente, vou começar pela parte final do pedido de esclarecimento do Sr. Deputado quando ele pergunta se é ou não verdade que o Sr. Ministro disse que os produtores de leite com quatro vacas (são cerca de 20 000 Kg) deixavam de produzir. O que acabei de dizer é que, efectivamente, neste momento, pelo fenómeno do próprio ajustamento estrutural, não é possível a um produtor com 20 000 Kg por ano, em lado nenhum, ser um produtor competitivo!

Protestos do Deputado do PCP Agostinho Lopes.

Sr Deputado, na União Europeia, quando participamos neste processo, existem aspectos que são positivos e outros que o são menos, pelo que temos de fazer um equilíbrio de todo este processo

Em relação aos produtores de leite, temos de promover esse ajustamento de uma forma solidária e, quando dizemos de um forma solidária, queremos dizer o seguinte. «meus senhores, os senhores saem de uma forma voluntária, porque ninguém é obrigado a sair, mas, no fundo, têm uma indemnização calculada pelo respectivo litro de leite; são-lhes garantidos direitos no mercado das vacas aleitantes que possam ser prioritários. Isto é, se saírem, podem ir para o sector das vacas aleitantes e beneficiar de direitos para continuar a vossa actividade de agricultura no domínio das vacas aleitantes, e aqueles mais idosos, a partir de 55 anos de idade, podem recorrer à reforma antecipada»

O Sr Agostinho Lopes (PCP) — É dinheiro deitado fora!

O Orador: — Sobre esta matéria, não temos só a posição do mercado; achamos que o mercado é um instrumento importante de ajustamento estrutural, mas também temos a visão solidária e foi nesse sentido que tomámos estas medidas, que, se calhar, os senhores não gostavam que o Governo tomasse

O Sr. Honório Novo (PCP) — Não! Não!

O Orador — Quanto à questão dos lagares, gostaria também de dizer que, efectivamente, existe um quantitativo de lagares que é extremamente numeroso e muitos deles estão em condições, em termos de higiene e salubridade, que não são as melhores

O Sr Agostinho Lopes (PCP) — Exactamente!

O Orador — Sobre esta matéria, temos de concordar — aliás, penso que todos estamos de acordo. Portugal tem cerca de 1400 lagares, a Espanha, ali ao lado, tem 400

lagares e tem 40 vezes mais a produção de Portugal. É, efectivamente, um dado que existe e que nos leva a pensar que temos de funcionar através de um redimensionamento destes lagares, não à força, mas em consenso com as associações de agricultores. É isso que estamos a fazer! Estamos a tentar direcionar os apoios para a reestruturação e para aqueles que querem, uma vez que foram disponibilizados todos os apoios. Neste momento, não existe no IFADAP nenhum projecto pendente de nenhum produtor que quisesse reestruturar o seu lagar. É necessário, também, motivar as pessoas para que efectivamente esse redimensionamento se efectue. Em conjugação com as associações de agricultores, estamos a actuar no sentido de promover esse redimensionamento para, de uma forma progressiva, encontrar alternativas para esses pequenos lagares que não têm condições de higiene e salubridade. Devemos continuar a apoiar e a preservar a qualidade de produtos como o azeite, que já tem um lugar extremamente importante no mercado e que é um produto competitivo.

Em relação à questão dos matadouros, é certo que têm alguma razão naquilo que dizem.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP) — É absolutamente igual à dos lagares!

O Orador — Sr. Deputado, o problema dos matadouros não é da competência deste Governo.

O Sr. José Saraiva (PS) — Muito bem! É verdade!

O Orador — Este Governo não construiu matadouros por todo o País, em que cada matadouro custou cerca de 1 milhão de contos e que, no fundo, só as receitas não pagam os custos de exploração. É um dado objectivo!

O Sr. António Martinho (PS) — Muito bem!

O Orador: — Nós invertemos essa situação e pela primeira vez, nomeadamente em relação a Trás-os-Montes, estamos a apoiar os pequenos matadouros. A capacidade de produção que existe disponível e a proximidade que existe no mercado é para apostar nestas unidades de pequena e média dimensão, é para apostar nos mercados de proximidade de forma a dar resposta não só aos consumidores dessas mesmas regiões mas, também, aos próprios produtores. Fizemos, pela primeira vez, esse apoio e estamos a apostar nessas unidades de pequena e média dimensão para apostar nesses mercados de proximidade e resolver os problemas dos agricultores. Invertemos, pois, a política anterior.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Por que razão é que não fazem o mesmo com os lagares?

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Francisco Louçã, segundo o princípio da alternância, deveria ter-lhe dado a palavra antes de a ter dado ao Sr. Secretário de Estado

Mas, como diria o Sr. Deputado Rosado Fernandes, «*ali quando Júpiter dormitava*»

Risos.

Foi o caso, não de Júpiter mas do «pobre» Presidente da Mesa da Assembleia.

Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Muito obrigado, Sr. Presidente

Naturalmente que um debate da importância deste suscita e merece a pluralidade das opiniões desta Câmara. Creio, no entanto, que esse pluralismo extremo e benéfico nos deixa, apesar de tudo, uma perplexidade, que é a de escolher entre os extremos de algumas intervenções, como as que ouvi das bancadas da direita desta Câmara, que são intervenções tipicamente «tardo-românticas», e aquelas que são neo-pragmatistas e que têm fracassado em Genebra e que se arriscam a fracassar, também, em Seattle.

Ora, nesse contexto, prefiro argumentar directamente com o Sr. Ministro das Finanças e da Economia a respeito do que me parece a questão crucial que está aqui a ser discutida. Disse o Sr. Ministro que a globalização é irreversível. Eu contra-argumentarei que a globalização não é global e que nos assuntos humanos é possível aceitarmos a irreversibilidade, mas a imutabilidade dos processos é, certamente, discutível e muito negativo seria se tivéssemos de nos condicionar a ela.

A globalização, no entanto, não é global porque há quatro globalizações e, na minha opinião, mais nenhuma: há uma globalização das comunicações, certamente; há uma globalização financeira, certamente — amanhã discutiremos os seus méritos ou deméritos; há uma globalização da ideia da globalização, que é muito mais eficiente do que a própria globalização, e há, finalmente, e dessa queremos tratar, uma globalização das instituições, que correspondeu à mudança do âmbito estratégico da NATO (que não é tema deste debate mas que corresponde ao tema desta polémica), que é a formação num novo contorno da Organização Mundial do Comércio, desconhecido na economia internacional até hoje. Esta organização é, se tomarmos o pulso ideológico pelo pensar dos seus dirigentes, de Ruggiero a Mike Moore, uma internacional-liberal e são demasiado enfáticas e demasiado precipitadas as notícias que anunciam a morte do neoliberalismo na direcção desta organização. Creio mesmo que são liberais fundamentalistas e, além disso, fundamentalistas que têm o «dedo no gatilho».

Para citar um ministro que é muito apreciado nesta Casa e cuja saudade nos move sempre — como se viu, aliás, neste debate —, poder-se-ia dizer que estes fundamentalistas têm exactamente o mesmo pensamento que esse ministro depois de um debate animado que o levou a escrever, no dia seguinte, num matutino da capital, um artigo encimado por uma epígrafe *Nitscha*, em que dizia «tudo o que não me mata reforça-me». A OMC e os fundamentalistas da OMC estão, hoje, convencidos de que tudo o que não os mata reforça-os! É por isso que creio que o mandato do Comissário Lamy, que prevê aceitar, do

ponto de vista da União Europeia, a liberalização das trocas desde que três condições — a saber as regras da OIT, a preservação da diversidade cultural e a introdução das regras de precaução — sejam aceites, é um mandato excessivo. Não porque os limites não sejam correctos, pelo contrário, quero assinalar que, na minha opinião, são-no apenas com uma reserva sobre o primeiro Creio que não se pode colocar na balança a liberalização absoluta das trocas que hoje está a ser negociada — e há muito tempo está a ser negociada nesta estrutura — contra reservas tão frágeis neste contexto E, por isso, sugeriria que se de uma nova organização internacional, a mais importante na ordem mundial da globalização, se está a tratar, é preciso discutir os seus limites

A esse respeito, citaria cinco reflexões e cinco comentários

Primeiro, terminou a «multipolaridade» do terror Espêndida notícia se tivesse terminado o terror, ou seja, se tivéssemos, hoje, a substituí-lo uma consensualidade sobre regras, nomeadamente, sobre regras económicas! Isso leva-nos à questão do fim da ordem de Bretton Woods. acabou o regime dos câmbios fixos ancorados numa moeda forte e numa política forte, mas foi substituído por uma estrutura de câmbios flexíveis ancorados na liberdade de circulação de capitais, o que levou à «triadização» conflitual e, agora, como ficou claro no caso da negociação com a China, a um bilateralismo que é dominado pelos Estados Unidos Creio que esta é a primeira limitação a que não responde esta ordem mundial

A segunda é que há o neo-protecionismo dos países ricos Temos uma situação em que se protesta contra o *dumping social* aí invocando — e bem! — as regras da OIT sobre o trabalho infantil ou sobre a escravatura (e acompanho todas as críticas que são feitas nesse sentido), mas queria dizer-vos também que o protesto contra o *dumping social* é ao mesmo tempo uma dupla penalização contra as vítimas, e não só contra os culpados, quando a hierarquização regional foi imposta pelo livre-cambismo e, portanto, desse ponto de vista, os países pobres são duplamente penalizados e, a pretexto da crítica ao *dumping social*, são, mais uma vez, preferidos na nova ordem mundial O neo-protecionismo dos países ricos é o que impõe barreiras quantitativas ao comércio internacional, o que é uma forma muito mais eficiente e muito mais perversa do que a das barreiras tarifárias do passado

Finalmente, temos um fechamento dos espaços, a Europa é a ré do fechamento dos espaços quando é condenada pela própria resolução do Parlamento Europeu, a propósito do espaço Schengen. Queria lembrar-vos que a União Europeia está, hoje, no seu «pátio traseiro», a fazer uma OMC privativa no alargamento ao leste europeu Temos a ideia fundamental, que constitui a vértebra desta nova ordem mundial, que é a do alargamento do espaço mercantil em todas as direcções

Espanta-me a permissividade em relação à regra do patenteamento do genoma humano, porque me é dito que essa é a introdução da regra mercantil que permite fazer os investimentos da grande indústria farmacêutica nesse contexto Mas todos sabemos que os aceleradores de partículas foram e continuam a ser grandes investimentos

públicos de uma ciência que é e que continua a ser pública e, por maioria de razão, o património humano, que é o património do genoma humano, não devia ser sequer negociado neste contexto

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — É um problema de sustentabilidade!

O Orador — Terminaria dizendo, para citar o Deputado Joel Hasse Ferreira, que há um problema de sustentabilidade Que sustentabilidade temos nós quando o Produto cresce a 2%, o comércio a 9% e as Bolsas a 15%? Naturalmente que uma economia de casino não é sustentável Isso permite-me concluir que os fundamentalistas do neoliberalismo, que estão, hoje, ancorados na organização internacional mais poderosa do mundo, que é a OMC, estão a jogar à «roleta russa» Disse, aqui, neste debate, que se o espírito maligno por aqui passasse lembraria que demasiados dos distintos intervenientes neste debate estavam já habituados a esse jogo. Mas, se este debate é demasiado importante para que hipotequemos o presente em nome do passado, então também é certo que é preciso não hipotecar o futuro no presente e, portanto, não o negociar, não o saldar, não o leiloar, não o desbaratar em Seattle

Assim faça a Assembleia da República e assim faça o Governo do País!

O Sr Presidente — Já agora, um minuto de humor O Presidente da Assembleia não tem de ter opinião, evidentemente, nem deve tê-la, mas quem me dera que só tivéssemos três globalizações..! Então, o crime organizado, os consumos, a coca-cola, os *hamburgers*, o *fast food*, o *prêt-à-porter*, o turismo, o inglês como segunda língua, as *top models*, .

Risos

. a fome, o desemprego ?
Sr. Deputado Francisco Louçã, as mundializações são mais que muitas!

Risos e aplausos gerais.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Pergunto-lhe, Sr Presidente, se hei-de fazer uma interpelação à Mesa ou uma defesa da honra e consideração da bancada Qual é a melhor figura regimental?

Risos

O Sr Presidente — Acho que o melhor que o meu amigo tem a fazer é reconhecer que fez uma síntese muito forçada!

Risos

Estou a brincar consigo!
Tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho, para uma intervenção

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, inscrevi-me para fazer uma breve intervenção final em nome do PCP, uma vez que tomámos a iniciativa deste debate

Sr. Presidente, Sr Ministro, Srs Deputados: Apesar de tudo, diria que valeu a pena este debate. E quando digo «apesar de tudo», quero significar apesar de, algumas intervenções, terem pairado alguns espectros e alguns fantasmas que pouco tinham a ver com o debate, mas que o aproveitaram para serem exorcizados

Diria, pois, que valeu a pena este debate, pelo menos, para ter ouvido o Governo dizer que não cumpriu o que tinha de cumprir em matéria de envolvimento do Parlamento e do País num debate de tão magna importância e, ainda, para ter ouvido o Sr Ministro dizer que, após este debate e ainda antes de ir fazer o *check-in* no aeroporto, entregará à Assembleia dois *dossiers* sobre os textos que já existem Esperemos, então, por esses *dossiers* e esperemos, Sr Ministro, que, no futuro, este exemplo sirva para que o Governo se mostre mais aberto e com mais poder de iniciativa no sentido do debate e do envolvimento da Assembleia da República em questões tão estratégicas como estas que estão a ser discutidas em Seattle

No entanto, lamentamos que algumas das questões fundamentais que suscitámos tenham ficado sem resposta.

Desde logo, há uma questão não pouco importante quanto à estrutura de decisão confidencial da Organização Mundial do Comércio que, ao contrário do que disse o Sr Ministro, já está no terreno e, porventura, vai ser reforçada nesta cimeira. Tal estrutura de decisão confidencial está traçada, como referi há pouco, nos chamados «grupos especiais», nos chamados «painéis», que decidem os litígios que percorrem os diversos países, sem possibilidade de recurso, «painéis» estes que são liderados por peritos nomeados precisamente pelas grandes empresas transnacionais que estão ligadas a cada um dos produtos que são objecto de litígio, «painéis» e estrutura de decisão esses em relação aos quais os países interessados não têm possibilidade de intervir nem de recorrer

Lamentamos, também, que não tenha sido dada qualquer resposta em relação ao papel, à dimensão que a Organização Mundial do Comércio deve assumir no quadro dos vários *fora* e instituições internacionais.

Em que se pensa? Numa Organização Mundial do Comércio tentacular, à qual se subordinam todas as regras dos outros *fora*, desde a UNESCO, à FAO, à OIT, etc., ou numa Organização Mundial do Comércio que, regulando o comércio mundial, incorpore nos seus processos de decisão o que são normas adquiridas pela civilização planetária actual, ao nível das outras estruturas internacionais? Eis outra questão em relação à qual não ouvimos respostas

Uma outra questão é a da necessidade de ser discutida uma moratória para este processo. Ou seja, seguramente, é de bom senso, Sr. Ministro, que, primeiro, se faça uma avaliação das consequências dos últimos ciclos negociais, designadamente para economias dos países menos desenvolvidos, como a nossa, antes de se avançar com novos aprofundamentos das regras do comércio mundial. Também sobre isto não ouvimos a opinião do Governo, tal como não a ouvimos sobre a defesa, em matéria agrícola, do princípio do direito à produção, da preferência comu-

nitária, da especificidade dos produtos mediterrânicos, da denominação de origem, da segurança alimentar.

De igual modo, como já disse há pouco, não ouvimos o Governo definir uma posição clara quanto à defesa do princípio de cada país poder definir a dimensão que deve ter o respectivo sector público. Designadamente, Sr. Ministro, qual é a posição do Governo nesta matéria em relação aos sectores produtivos estratégicos? Ou qual é a posição do Governo em relação à possibilidade de todos os mercados públicos, designadamente em matéria de saúde e de educação, serem abertos, sem regras, à intervenção dos interesses particulares e privados?

Por outro lado — e aqui poderemos dizer que ouvimos alguma coisa, mas não com a força e a determinação suficientes impostas pela questão —, a exigência não é só a da cláusula de exceção cultural, Sr. Ministro, porque esta foi uma cláusula encontrada à última hora, no defunto AMI (Acordo Multilateral de Investimentos), para poder conter os protestos das culturas europeias em particular, mas é, também, a exigência de colocar fora das regras do mercado tudo o que tem a ver com a identidade cultural dos povos, com os direitos de criação, com os direitos de autor ou com o direito à propriedade intelectual, como já aqui foi largamente referido Sr. Ministro, esta não é, seguramente, uma matéria que deva submeter-se pura e simplesmente, às regras do mercado

Em resumo, Sr. Ministro, pensamos que cumprimos a nossa obrigação, que foi a de forçar a Assembleia da República a um debate de uma questão tão magna e importante para os interesses do País, a qual, se não fora a iniciativa que tomámos, passaria à margem da Assembleia da República, sem um debate, por limitado que tivesse sido mas não foi, sobre uma questão tão importante.

Mas, Sr. Ministro, esta questão é importante, sobretudo porque, para além dos interesses imediatos do nosso país, dos nossos agricultores, dos nossos trabalhadores da indústria têxtil, etc., está o modelo de desenvolvimento que queremos para o planeta.

O que defendemos no quadro das novas regras de regulação do comércio mundial? É um planeta onde todas as esferas da actividade humana são colocadas na dependência da óptica dos interesses do mercado e dos negócios privados ou um planeta onde há lugar para o desenvolvimento humano, para os direitos dos povos à sua cultura, ao seu desenvolvimento, a uma cooperação entre países e povos soberanos com direitos iguais? Esta é, no fundo, a grande questão que está subjacente às discussões de Seattle. Esta é, no fundo, a grande questão que gostaríamos que o Governo defendesse em nome de um desenvolvimento harmonioso do planeta e não em nome de um planeta onde tudo fique colocado na dependência dos interesses dos negócios, dos interesses dos mercados.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Patinha Antão, para uma intervenção

O Sr. Patinha Antão (PSD) — Sr Presidente,...

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, espere um pouco, por favor. Peço-lhe desculpa, mas eu ia cometer o mesmo

erro pela segunda vez. É que tenho estado a retardar a concessão da palavra para defesa da honra ao Sr. Deputado Paulo Portas que já está zangado comigo e eu não quero que isso aconteça.

Faça favor, Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, pretendia fazer uma defesa, não da honra, que ainda não foi objecto de negociações na Cimeira de Seattle, mas da consideração. Só que, na ausência do considerante, não me atrevo a exercer o direito que pretendia.

O Sr. Presidente. — Mas, já agora, diga quem o ofendeu gravemente.

O Orador — O Deputado Francisco Louçã, aliás, com a educação que o caracteriza, .

O Sr. Presidente. — Ah, bem!

O Orador — referiu-se, creio que à nossa bancada, como sendo uma bancada «tardo-romântica». Assim, eu queria precisar a consideração, visto que a honra não está em causa.

O Sr. Presidente — Então, dar-lhe-ei a palavra para uma interpelação à Mesa, porque o Sr. Deputado já não está presente na Sala e, assim sendo, talvez não seja muito lógico que, depois, ele não possa responder-lhe.

O Orador — Fica para outra ocasião.

O Sr. Presidente — Muito bem.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Patinha Antão, para uma intervenção.

O Sr. Patinha Antão (PSD) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Farei uma intervenção breve, pois o debate já vai muito adiantado.

Gostaria de sublinhar, a propósito da intervenção que acaba de fazer o Sr. Deputado Lino de Carvalho, que a matéria ideológica é uma matéria essencial para ser discutida no âmbito da questão que hoje nos ocupa.

Ficou perfeitamente evidenciado — muito obrigado, Sr. Deputado, pela colaboração, que registo e que, como é óbvio, não foi percebida nem atendida pela bancada socialista.

O Sr. José Saraiva (PS) — Olhe que não!

O Orador — Sublinhando essa não resposta, permitir-me-ia, ainda, citar um Deputado ilustre da vossa bancada, que, por acaso, não está presente, o Sr. Deputado Francisco de Assis, o qual, na sessão solene de abertura da Legislatura, citou Benjamin Constant para sublinhar que existem dois tipos de liberdades — liberdade dos antigos e liberdade dos modernos. Como o Sr. Deputado não está presente, endosso a qualquer um dos seus colegas de bancada este pedido se, porventura, ele perguntar ao Sr. Deputado José Saraiva qual foi a liberdade que

usou, se a liberdade dos antigos, se a dos modernos, quando pretendeu excluir-me, de uma forma pouco inteligente, digamos, do convívio neste debate ideológico. Digo «pouco inteligente» porque, sem dar por isso, estava também a excluir, por exemplo, o Sr. Deputado Barros Moura que faz parte da vossa bancada.

O Sr. José Saraiva (PS) — É sensato!

O Orador — Após ter sublinhado isto e passando para o que importa, dirijo-me ao Sr. Ministro das Finanças e da Economia, colaborando com o desafio que lançou na sua intervenção, que é o de apresentar para reflexão nesta Câmara um ou dois tópicos que me parecem da máxima importância para definir essa posição estratégica nestas negociações que irão iniciar-se e que, certamente, se prolongarão por talvez uma década.

Em todo o caso, não deixaria de sublinhar, dirigindo-me ao Sr. Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar, que registei a sua opinião, que é diferente da minha, relativamente à intervenção do governo do PSD em matéria da PAC. Fique o Sr. Secretário de Estado com a sua opinião que eu ficar-me-ei com a minha que, aliás, está apoiada pelos factos.

Sr. Ministro das Finanças e da Economia, permito-me colocar-lhe um problema, a si e à Câmara em geral.

Os países pequenos como Portugal devem temer seriamente um processo de liberalização, uma vaga de liberalização tão intensa quanto esta que se anuncia, pela razão simples de que, nestes processos — e a análise económica da História assim o demonstra —, os grandes países têm recursos para fazer valer os seus pontos de vista, os seus interesses, que são claramente maiores do que os dos países pequenos.

Gostaria de sublinhar que Portugal é um pequeno país no contexto da União Europeia e nesta já não se coloca uma questão, que vai estar presente em Seattle, que é a da liberdade plena dos investimentos em praticamente todas as áreas em que esses investimentos se podem colocar.

Sr. Ministro, Portugal já enfrenta a globalização *urbi et orbi* no interior da União Económica Europeia e é um pequeno país.

Pergunto, Sr. Ministro, se partilha a reflexão que vou expor e que vou ilustrar com a referência a duas indústrias-chave no processo de crescimento sustentado do País para o futuro: a indústria da pasta de papel e a indústria do audiovisual no contexto da multimédia.

Sr. Ministro, sabe-se hoje que, na indústria da pasta de papel, está a decorrer uma globalização através da qual estão a formar-se unidades cujo volume de vendas atinge 15 biliões de dólares. Sabe-se, também, que, todas somadas, o conjunto das empresas portuguesas neste sector não representa mais do que 1 bilião de dólares.

No contexto completamente liberalizado do mercado mundial, pergunto, Sr. Ministro, se partilha ou não da ideia de que, primeiro, a fusão ou concentração estratégica desta indústria, em Portugal, é um problema da ordem do dia imediato, segundo, Portugal deve entender o mundo no contexto da diversidade das potências hegemónicas e deve ou não escolher uma solução inteligente em rede de par-

cerias estratégicas de maneira a minimizar os custos de ser um pequeno país e de ter de competir, inevitavelmente, nas indústrias em que tem uma posição importante, numa situação de subjugação ou de diminuição de capacidade competitiva relativamente a esses grandes blocos

Ilustro esta minha reflexão com a referência à segunda área-chave

Portugal tem alguma massa crítica importante para marcar uma posição interessante na indústria da multimédia, com a privatização da PT (Portugal Telecom), com a qualidade dos conteúdos de uma indústria televisiva e de produção do audiovisual, com a qualidade do software que já existe, com as capacidades que existem, ainda em embrião, nas universidades e, em geral, na juventude portuguesa

Sr. Ministro, partilha ou não da ideia de que Portugal aposte, neste momento, através do seu Programa do Governo, numa visão demasiado modesta em relação ao que deveria ser o grande desafio do País no contexto da afirmação da indústria da multimédia portuguesa em termos mundiais?

É que, sublinho, Sr. Ministro, se Portugal não fizer essa aposta, provavelmente, perderá uma das maiores oportunidades que existem para criar empregos sustentados, empregos de qualidade, empregos que dinamizem e criem raízes à juventude portuguesa, empregos que criem a oportunidade para os quadros portugueses viverem na sua terra e participarem na inserção da economia portuguesa a nível global, num contexto em que a posição de Portugal possa subir, inclusive, no ranking dos países europeus

Portanto, pergunto, Sr. Ministro, qual é a sua visão sobre este problema, se está satisfeito com a timidez do que é este programa relativo à sociedade de informação e multimédia integrado no seu Programa do Governo ou se, pelo contrário, partilha da preocupação de que, nesta matéria, Portugal deve dar um salto muito maior do que aquele que o Governo quer dar neste momento

O Sr Presidente — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr. Presidente, é só para confirmar e registar que o debate do Programa do Governo já ocorreu há uns dias atrás e que o Sr. Ministro, na intervenção final que vai fazer, responderá, se assim entender, à intervenção que acabou de ser feita pelo Sr. Deputado do PSD. Naturalmente que, em relação àquilo que tem a ver com o debate de hoje, o Sr. Ministro terá liberdade de responder como entender, porém, relembo que o que está hoje em causa é a Organização Mundial do Comércio e não o Programa do Governo

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Saraiva

O Sr. José Saraiva (PS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este é um modesto contributo da minha bancada para o debate e o facto de ser o último não é necessariamente o melhor, como alguns julgam

O Sr Honório Novo (PCP) — Nós já sabemos!

O Orador. — E também não vou citar ninguém, porque o que me parece é que, verdadeiramente, ninguém pode afirmar se em Seattle haverá ou não um acordo base para que se inicie a «ronda do milénio», já que são tão contraditórios os interesses que estão sobre a mesa que só um «golpe de asa» poderá salvar a Cimeira da OMC. Há, segundo a revista *The Economist*, 70 parágrafos que estão entre parêntesis, ou seja, nada está fechado, tudo está aberto.

Esta inquietação atravessa o pensamento de todos os que, reconhecendo como inevitável a liberdade do comércio, requerem ao mesmo tempo que esse comércio seja justo.

Com ministros na sala e manifestantes nas ruas, a Assembleia Geral da OMC terá certamente de dar ouvidos para o que disserem os representantes de 1200 organizações não-governamentais (de 87 países), convidados pela boa ou má consciência dos «Senhores do Mundo». Há, como é fácil de compreender, uma incerteza nos dignatários e uma angústia nos mais atentos dos povos

E porquê, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Porque o capitalismo sem freio cavalga sobre as sociedades, excluindo cada vez mais mulheres e homens do processo de desenvolvimento. E se alguém profetizou, como já aqui foi lembrado, que na capital da Microsoft se iniciará a «ronda do desenvolvimento», estou em crer que a desregulação dos mercados promove cada vez maior cortejo de gente humilhada e ofendida na sua dignidade humana

Nós, socialistas, não olhamos placidamente para a globalização como um «mito» do nosso tempo. Reconhecemos, é certo, que as transacções abertas proporcionaram riqueza e consequentemente trabalho e bem-estar, mas não nos extasiamos, nem pelo contrário, procuramos impulsivar e modelar a regulação que impeça ou trave a desestruturação que conduz a injustiças inadmissíveis

António Guterres, enquanto Primeiro-Ministro e enquanto Presidente da Internacional Socialista, não tem perdido nenhuma oportunidade para despertar a atenção e sacudir a letargia de muitos que, cada vez mais, reconhecem que estas instituições, saídas do acordo de Bretton Woods, reclamam reformas activas e substanciais. É o caso da OMC, cujo passos dados desde 1947 — ainda, então, na fórmula do GATT, agregando apenas 23 países — não são suficientes para superar as desigualdades entre países com níveis diferentes de bem-estar

É nesse contexto que o último grande encontro político do séc XX deve ser olhado com extrema preocupação: a solidariedade com os mais pobres parece ser apenas uma «flor de retórica», porque — sejamos sérios — quem saudou o recente acordo dos Estados Unidos com a República Popular da China, ao fim de 13 anos de arrastadoras conversações, não esqueceu que os direitos do povo chinês estão a ser postergados? Ou que o crescimento económico que nos indicam de Cantão ou de Pequim, esconde milhões de prisioneiros que confeccionam produtos para colocar no mercado ao «preço da chuva»? Ao trabalho escravo fecharam-se os olhos? Nós não fechamos!

Sr Presidente, Srs. Deputados, a liberalização do comércio é uma coisa boa, não é uma coisa má, mas importa dizer que os países em vias de desenvolvimento viram as suas economias crescer 4,5% ao ano, nas décadas de 70 e de 80, enquanto as economias fechadas desses países não ultrapassaram 0,7% e, entre as mais ricas economias, as mais abertas cresceram 2,3% e as mais fechadas apenas 0,7%

Estes são dados que provam que o comércio livre ajuda a crescer, mas, é claro, há quem diga que o desenvolvimento não é corolário de livre comércio e muito menos sinónimo E os que assim pensam, o que reclamam é um maior equilíbrio, pois basta pensar nos 42 países africanos, membros da OMC, para o scepticismo nos invadir a todos quando ouvimos tecer elogios à globalização sem, ao mesmo tempo, defenderem a supervisão Como pode o Presidente Clinton dizer — e todos ficarmos indiferentes — que «mais de mil milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia ou que «40 milhões de pessoas morrem de fome por ano, tantas quantas sucumbiram na II Guerra Mundial»?

Nós, socialistas, não nos resignamos e assumimos em todos os momentos o sentido das responsabilidades e, consequentemente, a atitude de Portugal deve ser a de, integrando a posição da União Europeia, não perder nunca de vista este horizonte político que tem a ver com as pessoas

O Sr Marques Júnior (PS) — Muito bem!

O Orador — Interessa-nos que o sistema que venha a prevalecer não ponha em causa um conjunto de princípios tais como o modelo agrícola europeu ou os direitos de propriedade intelectual Creio podermos estar tranquilos o Comissário Pascal Lamy é um experimentado intérprete destes valores que, no «duelo» negocial com os EUA, atingirão o rubro nas palavras, tanto mais que as tentativas de colocar na agenda de Seattle algumas normas sociais foram puramente rejeitadas pelos países em vias de desenvolvimento talvez porque confundem *trade* com *aid*

Marrocos, por exemplo, falando em nome do grupo do 77, recusou discutir regras de trabalho preconizadas pela OIT Percebe-se O dumping social existe, mas não é com sanções que se auxiliam os povos É claro que a ausência de liberdades sindicais, por exemplo, ou o recurso ao trabalho infantil são intoleráveis para quem defende um modelo social humanizado

Do mesmo modo se poderia abordar o desrespeito ambiental, com países membros a fecharem os olhos às recomendações do Rio ou de Quioto ou ainda aos direitos dos consumidores — que somos todos — constantemente ignorados por quem tem a colocar no mercado, mesmo que não haja prova científica do mal que faz, carne com hormonas ou milho transgénico

Sr Presidente, Sr^o e Srs. Deputados, esta negociação de Seattle é, como se comprehende, muito complexa e insisti que não nos devemos atrever a prognosticar o que quer que seja Mas o que não podemos é deixar, talvez, de reclamar demasiada atenção para todos estes problemas já que uma moratória, como a que foi reclamada há pouco pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho, não parece ser recomendável.

No entanto, as ideias proteccionistas há muito que foram vencidas pela emergência de novos fluxos comunicacionais, porém, para nós, é justo que, por exemplo, as transacções financeiras precisem de ser objecto de medidas que as disciplinem e não tornem o multilateralismo dos movimentos de capitais isentos de qualquer fiscalidade Há aqui um espaço aberto que urge preencher com o necessário cuidado e no respeito dos interesses nacionais

Perante este debate, Sr Presidente, Srs Deputados, não se pode aceitar — como pretendem os EUA — uma negociação minimalista que atente apenas a algumas coisas para que todas as outras não mudem Portugal deve acompanhar as preocupações da União Europeia, que vê como factor estratégico da nossa prosperidade o comércio livre, mas deve cuidar de outros problemas, também defendidos pela União Europeia, como o ambiente, a saúde, a segurança sanitária e alimentar, a transparéncia e a concorrência, as regras mínimas em matéria de investimento, bem como a promoção e defesa da diversidade cultural Os Estados Unidos não podem impor ao mundo um modelo «hollyodesco» Esta negociação é indispensável porque, em nosso entender, é na via multilateral da liberalização que se avança e não no recurso ao unilateralismo dos mais fortes

Basta-nos atentar em toda esta complexidade para compreendermos, sublinho, o que está sobre a mesa e qual deve ser o nosso lado Neste debate confiamos, Sr Presidente e Srs Deputados, naqueles que nos representarão em Seattle, designadamente no Sr Ministro das Finanças e da Economia, porque se é verdade que não podemos parar com as nossas frágeis mãos o vento, é-nos porém, possível, com determinação, evitarmos o furacão do liberalismo que varre as sociedades neste final de século Para isso, só temos de ter coragem!

Aplausos do PS

O Sr Presidente. — Srs. Membros do Governo, Srs Deputados, o debate já só espera de nós que o encerremos

Parao efeito, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente Srs Deputados, conforme o Sr Presidente disse, o debate já vai longo e, tal como o Governo o vê, é também o início de um processo de apuramento da opinião da Assembleia da República sobre a política conduzida pelo Governo neste domínio e é o inicio de um processo que queremos aprofundar na sua interactividade com a Assembleia da República

Daí a minha intervenção ir ser muito curta e se destinar apenas a fazer dois ou três sublinhados O primeiro é o de que, em Seattle, se vai, eventualmente, abrir o novo ciclo negocial, o chamado «ciclo do milénio», fixando uma agenda e uma metodologia para esse ciclo negocial É disso que se trata e a orientação, quer do Governo português, quer da União Europeia, nesse domínio, é clara Tanto pelo conteúdo da agenda, como pela metodologia que se propõe, os nossos objectivos são claros Esses objectivos são

os de regular o multilateralismo que está subjacente à actividade da OMC contra os efeitos perversos do unilateralismo, do bilateralismo e daquele que aparece num «casamento» perverso entre as concepções proteccionistas e minimalistas do próprio conteúdo da agenda de Seattle e da sua própria metodologia negocial.

O segundo sublinhado que gostaria de fazer é o de que tanto a União Europeia como Portugal partem para esta nova ronda negocial mais fortes do que quando se iniciou o Uruguay Round e também quando ele terminou E a União Europeia parte mais forte, porque, pela primeira vez, parte com uma posição comum ao serviço de uma visão abrangente das temáticas a discutir e dos mecanismos de regulação a criar no âmbito da Organização Mundial do Comércio Portugal parte mais forte, porque está hoje — e não estava há 15 anos — no centro do processo de construção europeia, portanto nos centros essenciais de decisão da União Europeia, e parte mais forte também, porque, felizmente, a nossa economia e a nossa sociedade são mais modernas, mais abertas, mais solidárias e mais competitivas do que eram há 15 anos atrás quando se iniciou o Uruguay Round.

Desta interacção, destas sinergias entre a força maior da União Europeia como bloco único com uma posição comum, da participação de Portugal nesse bloco e da própria força resultante do processo de modernização da nossa sociedade creio que, sem expectativas exageradas, podemos caminhar no sentido de alguma confiança e no sentido de intervirmos a favor daquilo que me parece ser uma concepção largamente partilhada nesta Assembleia, independentemente do enfoque e das maneiras de abordagem como algumas dessas mesmas orientações comuns foram aqui definidas.

Na verdade, a preocupação com a natureza social, a natureza cultural e a natureza ambiental das regras do multilateralismo, a necessidade de serem regulados e defendidos no quadro dos processos de liberalização do investimento e da troca de bens e mercadorias, a necessidade de serem salvaguardadas normas nacionais e de ser afirmada a possibilidade de as economias nacionais, como é o caso da nossa, terem processos adequados ao seu grau de desenvolvimento e ao seu próprio processo de modernização, este tipo de orientações são partilhadas, embora de formas diferentes, por todas as bancadas.

Essa é a lição e a conclusão principal que tiro da intervenção dos Deputados de todas as bancadas, o que nos permite reforçar a ideia que lancei no início deste debate que o Governo, os diferentes partidos da oposição e, naturalmente, o partido que apoia o Governo devem trabalhar este *dossier* da forma mais articulada possível, trocando informação, ouvindo opiniões, enriquecendo o próprio Governo, a sua orientação, e reforçando a sua posição negocial com uma interacção aberta com este Parlamento.

Finalmente, algumas questões, já não de sublinhado sobre o conjunto do debate, mas que constituem respostas pontuais a alguns aspectos que foram aflorados.

O Sr Deputado Lino de Carvalho, na sua intervenção final, sublinhou que o Governo tinha reconhecido que não cumpriu. Contestei em absoluto essa sua interpretação.

O Governo vem ao Parlamento, ou por iniciativa própria, ou respondendo a iniciativas do próprio Parlamento, portanto, o Governo cumpriu a sua obrigação, ao vir aqui, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, apresentar a sua informação e a orientação disponível que construiu e tem desenvolvido em torno desta matéria tão importante.

Não vou, por isso, comentar nem entrar no «campeonato» de quem foi à frente de quem. É evidente que o PCP tomou a iniciativa, já o felicitei pelo facto de o ter feito, e isso não nos coloca problema absolutamente nenhum. Cumprimos, porque viemos ao Parlamento a solicitação de um grupo parlamentar, dar informação, trocar opiniões e recolher contributos de todos os partidos aqui presentes.

A segunda questão concreta, mas importante, levantou-a o Sr Deputado Patinha Antão perguntou qual era a visão do Governo sobre as reestruturações sectoriais, sobre o papel a atribuir às empresas portuguesas, nomeadamente empresas portuguesas mais fortes e mais poderosas, no processo de reestruturação empresarial que se traduz e manifesta de muitas maneiras diferentes — em processos de fusão, de concentração, de consolidação e, também, de parcerias estratégicas a nível da União Europeia e não só —, em sectores tão diversificados, tais como o sector automóvel, ou o financeiro, ou o das telecomunicações, ou o da distribuição, ou o da pasta e do papel, ou o da electricidade, ou o do petróleo, ou o do gás natural.

Sr. Deputado Patinha Antão, lamento dizer-lhe — e penso que não há nisso qualquer acinte pessoal —, mas esteve pouco atento ao discurso que aqui profere aquando da apresentação do Programa do Governo, onde essa matéria foi explicitamente definida e desenvolvida.

O Governo português apoia, em termos políticos, de uma forma determinada, aqueles grupos empresariais que, pelo facto de terem dimensão, ambição e visão estratégica, entendam participar, sozinhos ou em processos de parceria estratégica, nos processos de consolidação empresarial que estão a ocorrer na União Europeia — principalmente na União Europeia — nos sectores que já referi. E o Governo não só apoia como, quando é accionista de empresas que estão nessas fileiras, tem tomado uma atitude pró-activa.

Isso é evidente no que respeita aos sectores do petróleo e do gás natural; é evidente no que respeita ao sector eléctrico, é evidente no que respeita ao próprio sector da pasta e do papel, que foi referido pelo Sr Deputado Patinha Antão e que é um sector onde, desde há três anos, o Governo vem trabalhando, sem grande exposição pública, como é necessário, mas de uma forma determinada para criar, primeiro, as condições de visão estratégica e, segundo, as condições organizacionais para se concretizar, no fundo, uma orientação que defendeu e que tem sido a nossa a de dar à fileira da pasta e do papel maior peso específico, maior concentração e, também, produzir nessa fileira desenvolvimentos em termos de cadeia de valor no centro de gravidade dessa fileira no território nacional.

É ao serviço dessa visão que se constituiu a Papercel; é ao serviço dessa visão que se tem estado, como referi, de forma determinada, sem grande exposição, mas muito persistente, a desenvolver estratégias de parcerias na área pasteira, na área da produção do papel e no desenvolvi-

mento dessas mesmas orientações, em concreto, entre o grupo público e entidades do sector privado, tanto a nível nacional como a nível internacional

Este era o esclarecimento que queria dar, um pouco fora do tema do debate, mas, pela sua importância, permiti-me abusar, Sr Presidente, entrando no debate desta Assembleia

O Sr Presidente — Está dentro do seu tempo, Sr Ministro

O Orador — Muito obrigado, Sr Presidente e Srs Deputados

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, chegámos ao fim do debate

A próxima reunião plenária realiza-se amanhã, às 15 horas, e, para além do período de antes da ordem do dia, que inclui o debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes, sobre as alterações climáticas e a estratégia de Portugal, terá como ordem do dia a apreciação do projecto de resolução n.º 3/VIII (BE) e das propostas de resolução n.º 125, 136, 139, 144, 123, 134 e 135, 138, 141, 143 e 147/VII

Proceder-se-á ainda à eleição dos representantes para órgãos externos à Assembleia da República, que terá lugar na Sala D Maria, entre as 16 horas e as 18 horas e 30 minutos

Está encerrada a sessão

Eram 19 horas e 20 minutos

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Social Democrata (PSD)

António Paulo Martins Pereira Coelho
Carlos Manuel Marta Gonçalves

Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
Melchior Ribeiro Pereira Moreira

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
Paulo Sacadura Cabral Portas

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados.

Partido Socialista (PS)

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Carlos Lourenço Tavares Pereira
José Manuel de Medeiros Ferreira
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Jorge Viegas Vitorino
Fernando Santos Pereira
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Manuel Maria Moreira

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro
Luís José de Mello e Castro Guedes

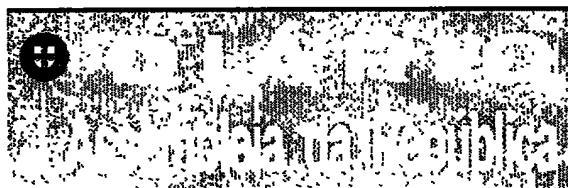
Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Luis Emídio Lopes Mateus Fazenda

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 400\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa